

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA ALEXIA VASCONCELOS COSTA LIMA

**A política alemã de acolhimento às refugiadas sírias: uma análise
feminista pós-colonial**

RECIFE

2017

BRUNA ALEXIA VASCONCELOS COSTA LIMA

**A política alemã de acolhimento às refugiadas sírias:
uma análise feminista pós-colonial**

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução Cristã -
FADIC, como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr.
Antonio Henrique Lucena Silva**

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

L732p Lima, Bruna Alexia Vasconcelos Costa.
A política alemã de acolhimento às refugiadas sírias: uma análise feminista pós-colonial / Bruna Alexia Vasconcelos Costa Lima. – Recife, 2017.
75 f. : il. col.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Mulheres. 3. Feminismo pós-colonial. 4. Refugiados. 5. Síria. 6. Alemanha. 7. Guerra civil - Síria.
I. Silva, Antonio Henrique Lucena. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2018-069)

BRUNA ALEXIA VASCONCELOS COSTA LIMA

**A política alemã de acolhimento às refugiadas sírias: uma análise
feminista pós-colonial**

Monografia apresentada à
Faculdade Damas da Instrução Cristã -
FADIC, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orientador Antonio Henrique Lucena Silva
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Jeanete Viegas
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Maurício de Albuquerque Wanderley
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre acreditou em mim e me incentivou. Cada um é uma parte de mim e de uma forma ou de outra estão presentes neste trabalho.

Aos meus amigos de uma vida, Lucca Brito e Lara Villachan, que mais uma vez estiveram ao meu lado enfrentando todos os desafios. Obrigada por todo apoio, por nunca duvidarem de mim e mais importante, por me fazerem acreditar em mim mesma.

Agradeço aos meus colegas de turma e àqueles que se tornaram muito mais que colegas durante esses quatro anos de curso. Compartilhar as dificuldades e as alegrias do dia a dia com vocês fez todo o processo mais leve e prazeroso.

Aos meus professores, que ao longo destes quatro anos dedicaram um pouco do seu tempo para nos passar um pouco dos seus conhecimentos e experiências dentro e fora da sala de aula.

Um agradecimento mais que especial ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva, pela atenção e paciência durante a elaboração deste trabalho. Obrigada por todo material de estudo, por todos e-mails respondidos prontamente e, principalmente, obrigada pelos puxões de orelha. Sem seu apoio não conseguiria ter chegado até aqui.

Por fim, agradeço imensamente a todos aqueles que fizeram parte deste momento comigo. Todos que me acompanharam até aqui são parte importante deste trabalho. Infelizmente, não seria possível escrever todos os nomes aqui, mas obrigada pelo carinho, pelo apoio e pela paciência.

Resumo

Em meio a um cenário de conflitos no Oriente Médio e no norte africano que vem gerando, desde 2011, um enorme fluxo de refugiados para o continente europeu, diversas análises podem ser feitas sob diferentes perspectivas. O presente trabalho vai analisar, numa perspectiva da teoria feminista pós-colonial, duas políticas alemãs de acolhimento, o HAP Syria e o Programa de admissão de patrocínio privado para beneficiários sírios de proteção. As teorias tradicionais não levam em consideração o gênero em suas análises, assim, produzem resultados que não refletem verdadeiramente a situação da mulher que, principalmente em situações extremas, como a do refúgio, se encontram especialmente vulneráveis.

Palavras-chaves: Mulheres. Feminismo pós-colonial. Refugiados. Síria. Alemanha. Programas de Acolhimento. Bashar Al-Assad. Guerra Civil Síria.

Abstract

Amidst a backdrop of conflicts in the Middle East and North Africa that has generated a huge flow of refugees to the European continent since 2011, various analyzes can be made from different perspectives. The present paper will analyze, from a postcolonial feminist theory point of view, two German host policies, the Syrian HAP and the Private sponsorship admission program for Syrian beneficiaries of protection. Traditional theories do not take gender into account in their analyzes, thus yielding results that do not truly reflect the situation of women who, especially in extreme situations, such as the one in the refuge, are especially vulnerable.

Keywords: Women. Postcolonial feminism. Refugees. Syria. Germany. Hosting Programs. Bashar Al-Assad. Syrian Civil War.

Lista de tabelas, gráficos e imagens

TABELA 1: Características demográficas dos refugiados - 2003 a 2016 (% da população total).

IMAGEM 1: Províncias divididas em áreas de controle direto/influência francesa ou britânica.

GRÁFICO 1: Comparação entre imigrantes e migrantes na Alemanha (em milhares).

Lista de abreviaturas e siglas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CIA - Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

FSA - Free Syrian Army

GBV - Gender based violence

HAP - Humanitarian Admission Programme

IOM - Organização Internacional de Refugiados

IS - Estado Islâmico

ISI - Al-Qaeda in Iraq

ISIS - Estado Islâmico do Iraque e do Levante

LCC - Comitês de Coordenação Locais

NOW - National Organization for Women

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RI - Relações Internacionais

SMC - Supremo Conselho Militar

SNC - Conselho Nacional Sírio

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1. TEORIA FEMINISTA E A REFUGIADA MULHER	13
1.1 Contexto histórico do feminismo.....	13
1.2 Teoria feminista pós-colonial	22
1.3 A questão do refúgio e a refugiada mulher.....	27
2. A GUERRA NA SÍRIA E O MOVIMENTO DE REFUGIADOS.....	33
2.1 Pequeno histórico da região síria e do oriente médio	33
2.2 Da síria independente à atualidade	42
2.3 Bashar al-assad	45
2.4 O início da primavera árabe.....	51
3. GÊNERO, MULHERES REFUGIADAS E A DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO: POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA ALEMANHA.....	56
3.1 A relação da alemanha com o estrangeiro	56
3.2 Hap syria.....	59
3.3 Programas de admissão de patrocínio privado para beneficiários sírios de proteção	64
3.4 A mulher refugiada na alemanha	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

INTRODUÇÃO

Com o grande fluxo de migrantes forçados em direção à Europa, o tema dos refugiados vem sendo bastante debatido na atualidade. Entre os anos de 2011 e 2016 o mundo vivenciou a maior crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. A maior parte destes refugiados chega à Europa vindos do norte da África ou do Oriente Médio, fugindo de conflitos civis nos seus países de origem.

Um dos principais países de origem dos refugiados é a Síria, que se encontra em guerra civil desde 2011. Historicamente, a Síria é um país marcado por levantes e revoltas populares - ainda que brutalmente reprimidos na grande maioria das vezes - e, no contexto de primavera árabe, não foi diferente.

No ano de 2011 teve início na Tunísia, o que conhecemos hoje por Primavera Árabe: uma série de revoltas em países do Oriente Médio e do Norte da África. De forma geral, essas revoluções buscavam a derrubada de ditadores e melhoria na qualidade de vida da população.

O conflito sírio, que acabou tornando-se uma guerra civil, se deu num contexto de pobreza, desemprego e insatisfação com o governo. Como será discutido mais à frente, Bashar Al-Assad (presidente sírio), ao assumir o poder, afirmou que buscaria uma abertura e modernização da Síria. Na realidade, o clima de insatisfação com o modelo instaurado, aliado a falta de uma figura tão forte como a de seu pai (Hafez Al-Assad, ex-presidente), formaram uma espécie de “bomba relógio”, prestes a estourar.

Tamanha foi a proporção tomada que, em 5 anos, o que havia se iniciado com demonstrações pacíficas de insatisfação, escalou para uma luta armada e tornou-se uma guerra civil que teve (e tem) reflexos no mundo todo. A Síria passou a ser o país de origem mais comum entre a população refugiada na Europa.

Entender as causas por trás da crise é extremamente importante para pensar em soluções, mas faz-se necessário também, analisar as respostas dos atores internacionais quanto a situação. Dentro do continente europeu, o país que se destaca quanto às políticas de acolhimento aos refugiados sírios, é a Alemanha. Por isso, mais a frente serão discutidas duas políticas alemãs de acolhimento aos refugiados: o HAP Syria e o Programa de admissão de patrocínio privado para beneficiários sírios de proteção.

Este trabalho visa fazer um recorte específico no cenário exposto acima: analisar, por meio da teoria feminista pós-colonial, as políticas de acolhimento alemãs para as refugiadas sírias. Isto porque, principalmente em cenários de guerra e de conflitos, as

necessidades da mulher tendem a ser colocadas em segundo plano, ou simplesmente ignoradas.

Através desta perspectiva feminista pós-colonial, busca responder à questão de quais são as principais políticas de acolhimento alemãs e sua eficácia no acolhimento das refugiadas.

Será feita uma análise documental por meio de livros, artigos e relatórios que tenham ligação com o tema em questão. Assim, possuirá natureza explicativa, visto que o intuito é mostrar a realidade das refugiadas sírias e das políticas de acolhimento alemãs, por uma outra perspectiva, baseada na teoria feminista pós-colonial - e, conseqüentemente, diferente do padrão normalmente divulgado sobre o tema.

No primeiro capítulo será feito um breve apanhado histórico do feminismo, desde Christine de Pisan e sua obra “La ciudad de las damas”, de 1405, passando pelos movimentos das mulheres na época da Revolução francesa, até chegar na teoria base deste trabalho, a teoria feminista pós-colonial.

A escolha do feminismo pós-colonial se deu por conta da tendência histórica (e inclusive do feminismo) de homogeneizar as problemáticas femininas. Em situações específicas se deve entender que as necessidades e os desafios encontrados por determinado grupo de mulheres é único e peculiar. A visão ocidental, mesmo que feminista, é insuficiente para uma análise profunda e que transmita a verdadeira realidade.

Para contextualizar a situação da refugiada mulher, serão explicados os conceitos desenvolvidos pelas Nações Unidas (e especificamente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) de refugiado e a importância da criação de instrumentos que pudessem servir de reguladores para os refugiados.

Após a ilustração inicial sobre feminismo pós-colonial e refugiados, o segundo capítulo discorrerá sobre a história da Síria e o desenvolvimento da nação. Por meio de um esclarecimento histórico das motivações imperialistas - principalmente britânicas e francesas - e seus interesses na região, este capítulo buscará ilustrar como se chegou a situação atual de violência e guerra civil.

Ao compreendermos em que contexto histórico o país se formou, torna-se mais fácil analisar a situação atual e as motivações populares de revolta e como isso levou a crise de refugiados.

O último capítulo tem foco na Alemanha e nas suas políticas de acolhimento aos refugiados. O país fica atrás apenas da Turquia, Jordânia e do Líbano (países que estão

na mesma região da Síria) quanto ao número de refugiados sírios acolhidos. Dentro do continente europeu, o Estado alemão é o que mais recebeu refugiados sírios.

Aqui faz-se necessário um agradecimento à Embaixada Alemã no Brasil e ao Ministério do Interior da Alemanha. Ambas instituições auxiliaram na realização deste trabalho, fornecendo acesso a dados e relatórios específicos dos seus programas. Estes dados foram imprescindíveis para uma melhor análise e compreensão da realidade alemã de acolhimento aos refugiados.

Este estudo busca trazer uma perspectiva diferente acerca de uma questão que vêm sendo cada vez mais debatida dentro das Relações Internacionais. O enfoque na mulher refugiada síria, baseado na teoria feminista pós-colonial, afasta-se dos estudos tradicionais que refletem a visão ocidental e masculina do cenário em questão.

1. TEORIA FEMINISTA E A REFUGIADA MULHER

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO FEMINISMO

É difícil indicar uma data para a origem do feminismo como um movimento social. O discurso que inferioriza a mulher e impõe o respeito ao homem é quase que intrínseco à história até onde a conhecemos; parece, por vezes, dividir por completo a humanidade.

De acordo com Alvarez (2011), podemos fazer uma divisão da história do movimento feminista em três partes: o feminismo pré-moderno, com as primeiras manifestações feministas; o feminismo moderno, com os movimentos de mulheres e feministas da Revolução Francesa; e o feminismo contemporâneo a partir das décadas de 1960 e 1970.

Na primeira fase, o feminismo pré-moderno, o renascimento traz um novo paradigma de autonomia humana, presumidamente neutro, mas que na realidade não se estendia as mulheres. Apesar disso, o foco na educação serviu para abrir debates sobre a natureza e os deveres dos sexos. Christine de Pisan escreve, em 1405, “La ciudad de las damas”, onde investe contra o discurso de inferioridade das mulheres e oferece uma alternativa a esta situação. No final do século XIII, Guillermine de Bohemia disse que a redenção de cristo não havia alcançado a mulher, e que Eva ainda não havia sido salva.

A obra de Poulain de la Barre “De l’égalité des deux sexes”, de 1673, é considerada a primeira obra feminista que se fundamenta na demanda da igualdade entre os sexos. A comparação entre o homem e a mulher sai do foco, dando lugar a reflexões sobre a igualdade (GENEVIÈVE FRAISSE, 1991).

Durante a Revolução Francesa, o protagonismo feminino cresce consideravelmente. O manifesto de Olympe de Gouges, em 1791, “Declaração do Direito das Mulheres”, foi um importante marco. Buscava a inclusão das mulheres na vida política, em resposta à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, se baseava na equidade jurídica e legal de ambos os sexos. Gouges afirmava sobre os homens "Extraño, ciego, hinchado de ciencias y degenerado, en este siglo de luces y de sagacidad, en la ignorancia más crasa, quiere mandar como un déspota sobre un sexo que recibió

todas las facultades intelectuales y pretende gozar de la revolución y reclamar sus derechos a la igualdad, para decirlo de una vez por todas"¹.

Quase que simultaneamente, em 1792, na Inglaterra, Mary Wolstonecraft publica “A vindication of the rights of woman”², considerado até hoje como um clássico, é pioneiro em afirmar que as diferenças observadas entre homens e mulheres são decorrentes do processo de socialização. Wolstonecraft defende a educação deve ser igualitária entre os sexos, para que mulheres também possam desenvolver seu potencial.

3

No século XIX, o desenvolvimento das democracias e a industrialização geraram expectativas de progresso, porém a realidade foi diferente. Os direitos civis e políticos das mulheres continuavam sendo negados, lhes sendo tolhida qualquer autonomia. E o proletariado continuava a margem de toda riqueza produzida (ALVAREZ, 2011).

O novo sistema econômico capitalista, por um lado “incorporou” as mulheres proletárias (as incorporou pois ofereciam mão de obra mais barata) e por outro, na burguesia, cresceu a insatisfação com a situação de propriedade legal de seus maridos. Nesse contexto que começou a surgir uma organização para a reivindicação do direito ao sufrágio, pois consideravam que conseguindo o acesso ao parlamento, poderiam começar o processo de mudança nas outras instituições. Virginia Woolf, em seu livro *Three Guineas*, de 1938, afirma:

Those nineteenth century women were in fact the advance guard of your own movement. They were fighting the tyranny of the patriarchal state as you are fighting the tyranny of the Fascist state.⁴

Apesar dos importantes acontecimentos nos séculos XVIII e XIX, é no século XX que o feminismo avança mais fortemente e num âmbito global. Ganha força nos anos

¹Tradução livre: “Estranho, cego, inchado de ciência e degenerado, neste século de luzes e sagacidade, na mais crua ignorância, ele quer governar como um déspota sobre um sexo que recebeu todas as facultades intelectuais e procura aproveitar a revolução e reivindicar seus direitos de igualdade, para dizer de uma vez por todas”.

² Disponível em <https://ebooks.adelaide.edu.au/w/wolstonecraft/mary/w864vw/chapter1.html>

³ ISQUIERDO, Larissa B.. Pensando o gênero nas relações internacionais. P 1.

⁴ Tradução livre: “Essas mulheres do século XIX eram, de fato, o avanço de seu próprio movimento. Elas estavam lutando contra a tirania do estado patriarcal como você está lutando contra a tirania do estado fascista”.

sessenta, em conjunto com revoltas estudantis e contraculturais, se associando a lutas pelos direitos civis e movimentos revolucionários.

Sempre se mostrou um movimento social de transformação e desafio ao patriarcalismo, isso sem ignorar a multiplicidade das lutas femininas e a sua multiculturalidade. Segundo Jane Mansbridge (apud CASTELLS, 1999), cientista política americana, o feminismo é “compromisso de pôr um fim à dominação masculina”. É a redefinição da identidade da mulher, seja afirmando a igualdade entre homens e mulheres ou, por outro lado, afirmando a especificidade essencial da mulher, o feminismo vai rechaçar a identidade da mulher que foi definida pelos homens – e para os homens – e mantida pela família patriarcal.

Naquele contexto, o Segundo Sexo (1949) de Simone de Beauvoir, é um ponto referencial para o ressurgimento do movimento. Beauvoir é um dos maiores exemplos de como a teoria feminista supõe – e exige – uma transformação revolucionária da realidade como a temos e da nossa percepção sobre ela.

Fazendo uma linha do tempo das teorias feministas a partir do século XX, podemos iniciar com o Feminismo Liberal. De acordo com J. Ann Tickner

Liberal feminists claim that discrimination deprives women of equal rights to pursue their rational self-interest; whereas men have been judged on their merits as individuals, women have tended to be judged as female or as a group. Liberal feminists believe that these impediments to women's exercise of their full rational capacities can be eliminated by the removal of legal and other obstacles that have denied them the same rights and opportunities as men.⁵

Diferentemente da maioria das teorias de tradição liberal, o feminismo liberal não advoga por um Estado mínimo. Acredita que o Estado é a autoridade que deve fazer cumprir os direitos das mulheres e, quando necessário, é capaz de se colocar como neutro e garantir

⁵ Tradução livre: “As feministas liberais afirmam que a discriminação priva as mulheres dos direitos iguais para prosseguir o seu interesse próprio racional; Considerando que os homens foram julgados por seus méritos como indivíduos, as mulheres tendem a ser julgadas como mulheres ou como um grupo. As feministas liberais acreditam que esses impedimentos ao exercício das mulheres de suas capacidades racionais completas podem ser eliminados pela remoção de obstáculos legais e outros obstáculos que as negaram os mesmos direitos e oportunidades que os homens”.

a igualdade. Apesar de se basear no positivismo⁶, critica o conhecimento existente por não incluir o conhecimento sobre mulheres, tornando-se tendencioso.

Apesar de atualmente a maioria das acadêmicas feministas terem “abandonado” o feminismo liberal, suas contribuições à construção do conhecimento feminista são inegáveis. A National Organization for Women (NOW), importante associação feminina, surgiu nos Estados Unidos a partir do feminismo liberal. Além disso, grande parte das reformas nas democracias ocidentais também podem ser atribuídas a essa teoria.

A teoria feminista radical vem logo em seguida como uma resposta à tradição liberal, numa perspectiva dialética de teses e antíteses. Ao desenvolver as suas atividades políticas ao lado de homens, as mulheres se dão conta da peculiaridade da sua opressão (ALVAREZ, 2011) - isto é, devido a sua condição no cenário global enquanto *mulheres*, teriam sempre o seu poder simbólico e tácito contestado e reduzido. Tendo isto em perspectiva, organizaram-se politicamente com o objetivo de fazer valer suas demandas, tomando como primeira ação uma busca de autonomia, se separando dos homens e dos movimentos por eles encabeçados e constituindo o Movimento de Libertação da Mulher.

Com este movimento, trazem à tona uma reflexão sobre o público, o privado e os limites entre estes. O que antes era considerado enquanto pertencente a esfera privada e, portanto, alheio a análises políticas internacionais, esta perspectiva vai problematizar; as relações de poder entre os gêneros que se estabelecem no âmbito familiar e individual extrapolam os limites do lar e chegam a ditar políticas internacionais. Como afirmado anteriormente, percebe-se a valorização do masculinismo enquanto definidor da política externa, com a exaltação da agressividade e da assertividade do poder. Para ilustrar esta situação, traçando o paralelo do privado-público, traz-se enquanto exemplo o corpo das mulheres, que nas relações conjugais, em diversos casos, são postos à revelia das mesmas, um espaço no qual o homem pode fazer valer o seu poder e a sua vontade; desta forma, ao assimilar as microrrelações de poder com a estrutura patriarcal de opressão, sintetizam o seu pensamento na frase: o pessoal também é político.

O feminismo radical não acredita que a opressão sofrida pela mulher pode ser solucionada pela remoção de barreiras legais. Afirmam que essa é a primeira, mais

⁶ O positivismo se baseia na ideia de que existe uma realidade objetiva, independente da nossa interpretação, e que é possível de ser descrita cientificamente por observadores imparciais, que deixam seus valores de fora das suas investigações.

profunda e mais difundida forma de opressão. Para essa teoria, as mulheres não devem procurar ser iguais aos homens, mas enaltecer as suas virtudes (TICKNER, 2001).

As radicais vão se dividir naquelas chamadas de “políticas” – que acreditavam que a opressão vinha do capitalismo e do sistema – e as “feministas”, que afirmavam que a dominação da mulher vinha de um sistema específico de definição em termos do homem.

Em seguida podemos citar o feminismo socialista, que defende que o poder do homem sobre a mulher trabalhadora é uma base material do patriarcado. Ao passo que reconhece que o Marxismo não atenta para a questão do sexo, também identifica o feminismo como desatento para as mulheres trabalhadoras e suas experiências. A opressão feminina vai ser ligada aos modos de produção, além da classe e posição econômica.

Principalmente nessa teoria que se desenvolve o chamado “Standpoint feminism”⁷, que tem Nancy Hartsock como uma das fundadoras. Se baseia no pressuposto que as desigualdades de gênero operam de maneiras diferentes, produzindo experiências diferentes para homens e mulheres. Defende um saber enraizado na perspectiva e nas experiências das mulheres.

Posteriormente, o feminismo pós-colonial passa a criticar o feminismo perspectivista como insuficiente e tendencioso, reconhecendo e baseando-se apenas nas experiências das mulheres ocidentais. A teoria feminista pós-colonial interpreta o imperialismo como a imposição histórica de uma ordem baseada em valores brancos e masculinos sobre povos coloniais subjugados e feminizados (TICKNER, 2001).

De acordo com Said (2007), essa caracterização do oriental em termos de subjugado, marginalizado e, portanto, feminino marca a proeminência e a característica constitutiva do gênero no projeto colonial. Como não pensar na relação de gênero no processo de colonização, quando as mulheres, nestas situações, são vítimas de violências específicas? Neste sentido, o estupro interracial e a posição das mulheres nativas na sua sociedade foram, por vezes, justificativa para o projeto imperialista; como disse Spivak (1988 apud BAHRI, 2013) “homens brancos salvando mulheres pardas de homens pardos”.

Com a globalização e a condição de dominação quase total do capitalismo, torna-se urgente a questão de gênero e, ao mesmo tempo, indissociável da crítica pós-colonial.

⁷ Ou feminismo perspectivista.

Enquanto nos anos 60 e 70, havia uma ênfase numa agenda política e uma tentativa de desmembrar as várias causas estruturais da opressão, atualmente esse foco mudou para uma abordagem mais filosófica e em questões mais epistemológicas.

O feminismo começa a penetrar as Relações Internacionais na década de 1980 e é impulsionado após o fim da Guerra Fria, com o surgimento do Terceiro Debate⁸. Com a improbabilidade de um novo conflito de mesma dimensão do que havia sido a Guerra Fria, novas questões começam a surgir na agenda global, que exigiam uma visão mais ampla e desafiavam as teorias tradicionais e os seus questionamentos.

O Terceiro Debate questiona as teorias tradicionais na área das Relações Internacionais. Buscando uma abertura de espaço para novos teóricos e teorias, o debate contrapôs positivistas e pós-positivistas. O pensamento positivista era hegemônico até a década de 80, suas duas principais correntes são o realismo e o liberalismo. Paul D. Williams, em seu livro *Security Studies*, afirma que na teoria realista:

State behaviour is driven by leaders' flawed human nature, or by the preemptive unpleasantness mandated by an anarchic international system. Selfish human appetites for power, or the need to accumulate the wherewithal to be secure in a self-help world, explain the seemingly endless succession of wars and conquest.(WILLIAMS, 2008)⁹

De acordo com Nogueira e Messari (2005), o liberalismo vai trazer o Estado como um “mal necessário”. Eles creem que a razão humana formulará princípios que irão fazer com que as instituições procedam de forma a se equilibrarem e se autorregularem.

As teorias que surgem e se fortificam a partir do Terceiro Debate, são chamadas de pós-positivistas. Possuem abordagens mais sociais e com maior foco no indivíduo – antes quase completamente ignorado nas teorias clássicas. Percebe-se que o sistema internacional não deve ser abordado como a-histórico ou anti-social. Assim, esse momento histórico foi essencial para que o gênero passasse a ser uma categoria de estudo nas Relações Internacionais. Segundo Tickner (2001):

⁸ Se diz que houveram 3 grandes debates em RI. O primeiro, nas décadas de 1930 e 1940, entre realistas e idealistas. O segundo, nos anos 1950 e 1960, entre realistas e acadêmicos mais voltados para teorias científicas.

⁹ Tradução livre: “O comportamento do Estado é conduzido pela natureza humana falha dos líderes, ou pelo desentendimento preventivo mandatado por um sistema internacional anárquico. O apetite humano egoísta por poder, ou a necessidade de acumular os meios para serem seguros em um mundo de auto-ajuda, explicam a aparente e infinita sucessão de guerras e conquistas”.

Ethnic conflicts and the clash of civilizations defy traditional statist categories and balance-of-power or interest-based explanations; they demand additional understandings of changing collective identities and the role of culture in defining both identities and interests. (...) While international relations has never been just about relations between states, an IR statist focus seems even less justified today than in the past. International politics cannot be restricted to politics between states;(TICKNER, 2001)¹⁰

As teorias tradicionais e primeiras definições das Relações Internacionais são focadas na alta política, evitando olhar para um nível mais individual e focando-se numa visão estatista. Esta forma de conhecimento buscava colocar-se enquanto neutra e objetiva, afirmando que, quando discorria sobre “segurança”, estava tratando da segurança de todos. Contudo, conforme as relações de poder previamente estabelecidas e constitutivas da sociedade, quem detinha o poder tanto na academia quanto na política para tratar destas questões eram homens; a visão deles, por ser única, foi tomada por universal. Entretanto, a evolução temporal dos conflitos trouxe a tona, por exemplo, o estupro de mulheres enquanto uma arma para a limpeza étnica; a partir de situações como a descrita e muitas outras, que relevaram opressões específicas ao gênero feminino, as Relações Internacionais não puderam mais negar a relevância da categoria de gênero na política internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Para J. Ann Tickner, as teorias tradicionais não são capazes de entender os desafios lançados a elas pelo feminismo. Não possuiriam instrumentos – nem analíticos nem teóricos – para lidar com a questão de gênero da forma que o feminismo propõe. A divisão central do discurso científico de RI entre doméstico/público/internacional é própria da modernidade, e essa segregação das esferas da vida social é essencial para que existam as divisões de gênero. Nas abstrações científicas, o internacional – mais longe das vidas das famílias e das mulheres – é tido como uma esfera amplamente masculina, onde se movimentam exclusivamente homens. A política de poder se torna um meio essencial de ligação entre masculinidade e poder, reforçando o masculinismo. A

¹⁰ Tradução livre: Os conflitos étnicos e o choque de civilizações desafiam as tradicionais categorias estatistas e as explicações de equilíbrio de poder ou baseadas em interesses; eles exigem entendimentos adicionais sobre a mudança das identidades coletivas e o papel da cultura na definição de identidades e interesses. (...) Embora as relações internacionais nunca tenham sido apenas sobre as relações entre os estados, um foco estatista das RI parece ainda menos justificado hoje do que no passado. A política internacional não pode ser restrita à política entre estados”.

invisibilidade dos processos que produzem a masculinidade e a ligação entre ela e o internacional são um resultado claro do desencorajamento das análises das conexões entre pessoal e internacional.

Segundo Nogueira e Messari (2005), antes de chegar às Relações Internacionais, o movimento feminista havia passado por duas fases – ambas internas ao Estado. A primeira seria a das feministas sufragistas, que lutaram pelo sufrágio universal e pela inclusão no espaço político, e a segunda fase seria a da geração feminista da década de 70, que tinha em sua agenda a inclusão social. As agendas dessas gerações refletiam o feminismo no ocidente, onde estavam enraizadas. Isto não quer dizer que, necessariamente, que as mulheres orientais não apoiavam as pautas acima abordadas, mas sim que o feminismo, assim como grande parte das teorias científicas clássicas, era dominado pelo ocidente e pela visão ocidental de sujeito. As conferências das Nações Unidas na década de 1990 refletem o esforço da tentativa da terceira geração (que passa a incluir o feminismo nas Relações Internacionais) de descentralizar o debate e o protagonismo ocidental no feminismo.

Enquanto as RI têm tradicionalmente analisado problemas de segurança tanto pela perspectiva estrutural ou no nível de Estado e tomadores de decisões, o foco feminista, de forma geral, é na maneira como as políticas globais podem contribuir para a (in)segurança de indivíduos, particularmente aqueles marginalizados e desempoderados. Whitworth (1994) fala sobre a mudança da perspectiva teórica nas relações internacionais:

... the conviction that international relations are as much about international population control policies as they are about nuclear deterrence; they are as much about sex trade workers serving foreign military bases as they are about the arms trade [...]. In short, feminists claim that international relations are about numerous phenomena which fundamentally affect the lives of women and men throughout the world and which, because of the primacy given to the 'high politics' of peace and security policy, have gone largely unnoticed, unrecognised and unanalysed. (WHITWORTH, 1994, ps. x-xi)¹¹

¹¹Tradução livre: "a convicção de que as relações internacionais são tanto sobre as políticas internacionais de controle da população quanto sobre a dissuasão nuclear; tanto sobre os trabalhadores do comércio sexual que servem bases militares estrangeiras como eles são sobre o comércio de armas [...]. Em suma, as feministas afirmam que as relações internacionais são sobre inúmeros fenômenos que afetam fundamentalmente as vidas das mulheres e dos homens em todo o mundo e que, devido à primazia dada à "política elevada" da paz e da política de segurança, passaram despercebidos, não reconhecidos e não analisados".

O debate feminista de uma forma geral vai se fundamentar nas questões de gênero, apontando a falsa neutralidade dos discursos tradicionais. O senso comum é que o gênero está diretamente relacionado ao sexo biológico – ou seja, homens são masculinos e mulheres femininas; as teorias feministas vão desconstruir essa ideia que a diferença entre os gêneros estaria baseada em diferenças biológicas, mostrando que, na realidade, gênero está ligado à significação que é dada às diferenças biológicas.

Entendendo gênero como um sistema de significados que cria hierarquias sociais, baseado na percepção de ações ou características como sendo masculinas ou femininas, fica claro que não é apenas uma característica e classificação de indivíduos, mas sim um sistema pelo qual esses indivíduos se constituem e se posicionam em relação uns aos outros.

Esse sistema penetra a linguagem e a cultura, moldando a maneira de pensar e agir de cada um. A naturalização dessas diferenças construiu e vem mantendo o sistema patriarcal de dominação dos homens sobre as mulheres, fazendo com que a perspectiva masculina se torne o senso comum. Quando entendemos essa lógica, fica claro que o privilégio cultural de tudo aquilo que é associado ao masculino é fundamental na naturalização das relações de poder que se constituem enquanto forma de subjugar o gênero feminino.

Podemos entender o patriarcado como um princípio de dominância masculina que forma um sistema estrutural e ideológico de dominação do homem sobre a mulher (Chow & Berheide, 1994). As formas que o patriarcado se mostra não são as mesmas para todas as mulheres; raça, idade e classe social são fatores chave para essa dominação. Podemos dividir o patriarcado da esfera privada, normalmente praticado dentro da família, do patriarcado no âmbito público, normalmente praticado pelo Estado e dentro da economia.

A pretensão de neutralidade e exclusão da questão de gênero nos estudos, na realidade provoca a elevação das masculinidades ao status de universais, fazendo com que as teorias sejam extremamente parciais, apesar de não se assumirem desta forma. A lente a partir da qual é visto o mundo foi construída pelos olhos do homem, e o feminismo nas RI coloca este olhar em pauta.

Contudo, esta crítica ao masculino que assume o lugar de universal pode ser estendida até mesmo para dentro do feminismo. Se a visão masculina deve assumir a sua identidade para a partir daí poder ser problematizada e repensada, também tem que fazê-lo as teorias feministas. O discurso científico produzido na questão do gênero nas Relações Internacionais valorizava quase que exclusivamente o discurso das mulheres

européias e americanas; é necessária uma autocrítica e assumir o lugar a partir de qual esta ciência fala. Assim, portanto, surgem novas vertentes do feminismo nas RI, como por exemplo a teoria feminista pós-colonial, que será melhor discutida no próximo tópico.

1.2 TEORIA FEMINISTA PÓS-COLONIAL

Historicamente, os movimentos feministas ocidentais, majoritariamente brancos, tendem a homogeneizar os desafios encontrados pelas mulheres. Essa homogeneização além de desconsiderar as especificidades e a diversidade de contextos nos quais as mulheres estão inseridas, traz uma visão irreal das mulheres no mundo.

O feminismo pós-colonial busca estabelecer a identidade como relacional e histórica, e não fixa. Quando se estuda a situação das mulheres em determinados locais, podem surgir diversas ramificações, não se pode mais assumir que as questões estão delimitadas por fronteiras nacionais.

A conexão entre mulher como sujeito da história e a representação da mulher produzida por discursos hegemônicos não é uma relação de correspondência ou uma implicação simples. É uma relação arbitrária feita por culturas específicas (MOHANTY, 2003).

O feminismo pós-colonial nega o pensamento dicotomista que, por vezes, limitou o pensamento feminista. Ao colocar termos como igualdade e diferença como hierárquicos e imutáveis, o feminismo se prendeu em discutir apenas sobre se as mulheres deveriam ter o mesmo direito de se inserir em políticas feitas por homens, ou se as qualidades ditas femininas deveriam ser valorizadas (BRYSON, 2003).

Os estudos ocidentais sobre problemas do Terceiro Mundo¹² raramente vão tentar se despir de seus preconceitos e suas verdades para tentar entender essa cultura. Da mesma forma que no imperialismo, vão a esses países, “decidem” o que está errado sem tentar inserir-se naquele cenário para ter um maior entendimento sobre o assunto.

Um importante ponto do privilégio do feminismo ocidental é o pensamento de que ao falar sobre suas experiências e suas dificuldades, assumem que estão falando por todas as mulheres em todos os lugares do mundo. Assim, projetam suas prioridades para o resto do mundo, impondo a sua visão de progresso e silenciando as mulheres do terceiro mundo.

¹² Esse termo é usado para denominar países menos desenvolvidos, ou países com rendimentos per capita relativamente baixos, expectativa de vida curta e altas taxas de analfabetismo. As economias desses países são geralmente baseadas na agricultura. (KINNEAR, 1997)

A possibilidade de uma objetividade é rejeitada, assim como a busca por uma teoria que englobe a todas as mulheres. De acordo com Jacques Derrida¹³ (apud MONTE, 2013) a realidade não possui um significado inerente, seu significado vai ser desenvolvido a partir das experiências e linguagens que um indivíduo experimenta. Assim, a realidade nunca vai ser a mesma para duas pessoas diferentes, sendo impossível a construção de uma teoria completamente impessoal.

As palavras possuem significação apenas em relação com outras, por exemplo, ao descrever alguém como “mulher”, ela está sendo diferenciada de “homem” e “garota”. Além disso, possuem uma hierarquia entre si, e na maioria das vezes as palavras vão ajudar a definir como se enxerga o mundo (BRYSON, 2003).

O termo “representação” é de suma importância para esta teoria. Para Spivak (1996 apud BAHRI, 2013), a representação pode se dar de duas formas diferentes: a primeira seria se colocar no lugar de alguém (ex. políticos representando a sociedade) e a segunda seria como por “descrição”, ou seja, por alguém que fala de uma realidade sem fazer parte da mesma. Critica-se, desta forma, diversos discursos produzidos sobre “o oriente”, por exemplo, o qual só é conhecido e analisado a partir de alguém que não vive nele. Os estudos feministas pós-coloniais surgem, em grande parte, por conta da grande falta de perspectivas sobre mulheres e minorias em todas as esferas, tendo sido o discurso destas minorias “engolido” por uma voz que fala a partir de um lugar “outro”. Nesta falta de representação, os “outros” perdem sua voz própria e são condenados a ter quem fale por eles; o discurso desta minoria é representado, perdendo desta forma o seu “real valor”.

O “outro” do discurso dominante - ou seja, aquele que se afasta do homem branco ocidental - se mantém sem voz própria, sendo comandado por autoridades que “falem” por ele, construindo muitas vezes uma realidade que estes “outros” não identificariam enquanto verossímil.

Os que possuem poder de representar e descrever vão ter total controle sobre como os outros serão vistos. O que vemos na história é o homem branco ocidental falando sobre o mundo, criando visões completamente distorcidas a seu favor.

Mesmo no feminismo, como dito acima, quando se fala pelas e para as mulheres, nem sempre se está falando pelas mulheres marginalizadas. Existe a necessidade da colocação em pauta das questões de raça e localização em conjunto com o gênero. Além

¹³ Filósofo franco-magrebino (1930-2004).

disso, é importante frisar que uma representação específica não pode ser tomada como de uma cultura inteira.

De acordo com Stuart Hall a identidade cultural do sujeito pós-moderno possui uma identidade móvel, transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais; se define historicamente, não biologicamente. O indivíduo vai assumir identidades diferentes em momentos distintos, não sendo organizadas num “eu” coerente. Somos confrontados constantemente por uma multiplicidade de identidades possíveis, que podemos nos identificar temporariamente, à medida que os sistemas de significação e representação cultural vão se transformar e multiplicar. A posição do sujeito não é preexistente ao discurso, pelo contrário, se constrói nele. Spivak diz

a questão de “falar como” envolve um distanciamento de si. Quando preciso pensar no modo como vou falar como indiana, ou como feminista, no modo como vou falar como mulher, o que estou fazendo é tentar generalizar-me, tornando-me representativa, tentando me distanciar de algum tipo de fala rudimentar como tal. Há muitas posições de sujeito que devemos ocupar; não se é apenas uma coisa. (SPIVAK, apud BAHRI, 2013)

O feminismo pós-colonial faz uma crítica ao essencialismo que, nas palavras de Pina Werbner (apud BAHRI, 2013) seria

atribuir a uma pessoa, categoria social, grupo étnico, comunidade religiosa ou nação uma qualidade constitutiva fundamental, básica e absolutamente necessária. É colocar uma falsa continuidade atemporal, uma distinção ou delimitação no espaço, ou uma unidade orgânica. É sugerir uma uniformidade interna e uma diferença externa ou alteridade. (BAHRI, 2013)

De acordo com Bahri (2013), as práticas coloniais do orientalismo se apoiam em essencialismos que continuam existindo na fase pós-colonial. Estereótipos essencialistas têm sido usados para inferiorizar, criar hierarquias e explorar. É importante salientar que o essencialismo pode ser inevitável, pois qualquer categorização de identidade exige um certo essencialismo. Estudo sobre as mulheres, podem ser exemplos de essencialismo estratégico como resposta aos estudos predominantes.

Mohanty (2003) rechaça a determinação geográfica e as fronteiras nacionais como determinantes para se ser terceiro ou primeiro mundo. Não são apenas “mulheres de terceiro mundo” as que estão situadas em ex-colônias e em outros países que levam esse título, inclui-se também nessa denominação as mulheres oprimidas e exploradas pelas diversas estruturas existentes no chamado Primeiro Mundo.

Na sociedade contemporânea globalizada, diferentemente sociedade industrial, há uma internacionalização das economias e força de trabalho. Antes a produção se dividia pela questão geográfica de extração e exportação de matéria prima dos países de terceiro mundo para a produção nas fábricas nos países centrais. Hoje grandes corporações transnacionais que dominam o sistema econômico e a divisão do trabalho, as fábricas migram em busca do menor custo e maior lucro, da mesma forma que as pessoas migram em busca de trabalho e melhores condições de vida, normalmente suprindo a necessidade de mão de obra barata.

Para Mohanty (2003), as feministas ocidentais sistematizam as mulheres do Terceiro Mundo, criando uma falsa representação singular. Não há problema em descrever mulheres asiáticas, por exemplo, como tal. O que não se pode fazer é categorizar como singular e homogêneo. O feminismo ocidental peca ao reproduzir o imperialismo sobre as mulheres do Terceiro Mundo. Segundo Mohanty (2003)

Defining third world women in terms of their “problems” or their “achievements” in relation to an imagined free White liberal democracy effectively removes them (and the “liberal democracy”) from history, freezing them in time and space. (MOHANTY, 2003)¹⁴

A relação das mulheres com o feminismo vai ser muito moldada pela sua posição sociocultural e histórica. Muitas vezes o próprio termo feminismo vai ser questionado pelas mulheres de terceiro mundo, já que por vezes o feminismo foi definido em termos de mulheres brancas ocidentais de classe média.

Até mesmo a ideia do “o pessoal é político”, já citada aqui anteriormente, é experimentada de formas diferentes pelas mulheres do terceiro mundo. Aída Hurtado (1997) tratando sobre mulheres brancas e mulheres de cor nos Estados Unidos, fala que

¹⁴Tradução livre: “Definir as mulheres do terceiro mundo em termos dos “problemas” ou das suas “realizações” em relação a uma democracia livre liberal livre imaginada efetivamente as remove (e a “democracia liberal”) da história, congelando-os no tempo e no espaço”.

Women of Color have not had the benefit of the economic conditions that underlie the public/private distinction. Instead the political consciousness of women of Color stems from an awareness that the public is personally political. Welfare programs and policies have discouraged family life, sterilization programs have restricted reproduction rights, government has drafted and armed disproportionate numbers of people of Color to fight its wars overseas, and locally, police forces and the criminal justice system arrest and incarcerate disproportionate numbers of people of Color. There is no such thing as a private sphere for people of Color except that which they manage to create and protect in an otherwise hostile environment. (HURTADO, 1997) ¹⁵

Ainda de acordo com Hurtado (1997), a aproximação da mulher branca heterossexual com o homem branco, e a distância social da mulher de cor para o homem branco que vai causar esse foco histórico nos movimentos feministas brancos.

Apesar de historicamente o contexto do surgimento do feminismo branco e do feminismo de terceiro mundo¹⁶ não diferirem muito, ambos surgiram em resposta a outras questões. O feminismo de terceiro mundo leva em conta o fator de raça, normalmente ignorado por esses outros feminismos, que tem o gênero como única base da opressão. Se fundamentar apenas nas questões de gênero é ignorar raça, classe, nação, sexualidade e diversos outros fatores que devem ser agregados a questão.

O feminismo pós-colonial não luta contra uma estrutura patriarcal universal, já que essa dominação masculina – em todas as áreas, tanto privada como pública – não é ahistórica ou asocial. Sempre vai se situar nos balanços de poder específicos de cada cultura.

Desta forma, tendo traçado um panorama teórico, passa-se a refletir sobre uma situação específica: a mulher síria refugiada. Adquirir as lentes propostas pelas teorias mais recentes, com ênfase na teoria feminista pós-colonial, é necessário justamente pelas razões expostas ao longo deste tópico: é através delas que podemos avaliar estas mulheres como um todo, em seu contexto e suas relações, valorizando o discurso das mesmas. É a importância de não colonizar o outro e do discurso científico reconhecer o lugar do qual está falando. Um olhar mais amplo e mais rico se faz possível.

¹⁵ Tradução livre: “As mulheres de cor não tiveram o benefício das condições econômicas que estão subjacentes à distinção público/privado. Em vez disso, a consciência política das mulheres de cor resulta de uma consciência de que o público é pessoalmente político. Os programas e políticas de bem-estar social desencorajaram a vida familiar, os programas de esterilização restringiram os direitos de reprodução, o governo elaborou e armou um número desproporcional de pessoas de cor para lutar contra suas guerras no exterior e localmente, as forças policiais e o sistema de justiça criminal prenderam e encarceraram um número desproporcional de pessoas de cor. Não existe uma esfera privada para pessoas de cor, exceto aquilo que elas conseguem criar e proteger em um ambiente hostil”.

¹⁶ O feminismo pós-colonial também pode ser chamado de feminismo de terceiro mundo.

1.3 A QUESTÃO DO REFÚGIO E A REFUGIADA MULHER

Após a II Guerra Mundial, a quantidade de refugiados, apátridas e deslocados internos extrapolava todos os índices já vistos. Percebeu-se a necessidade de criação de um mecanismo de regulação internacional, que responsabilizasse todos os integrantes do cenário internacional por essas pessoas, já que não se viam mais sob responsabilidade dos seus Estados de origem.

Em 1951, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas que ocorrera um ano antes, foi convocada uma conferência das Nações Unidas para criar um instrumento de regulação para a situação dos refugiados. Foi estabelecida, então, a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, que entraria em vigor em 1954.

A convenção tem o objetivo de consolidar todos os instrumentos legais relativos aos refugiados, estabelecendo padrões básicos para seu tratamento. O documento define o termo “refugiado” como

A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa:

1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados;

As decisões de inabilitação tomadas pela Organização Internacional dos Refugiados durante o período do seu mandato, não constituem obstáculo a que a qualidade de refugiados seja reconhecida a pessoas que preencham as condições previstas no parágrafo 2 da presente seção;

2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

As normas da Convenção são universais, ou seja, não fazem discriminação por raça, sexo, religião ou país de origem. Além disso, institui-se o princípio de non-refoulement (não- -devolução): define que nenhum país pode expulsar um refugiado para o território de qual ele esteja fugindo ou enviá-lo a um no qual vá sofrer perseguição (ONU, 1951).

Apesar de ampla, a Convenção de 1951 só compreende os eventos que aconteceram antes de 1º de janeiro de 1951. Com a emergência de novos conflitos, tornou-se necessário um novo documento, e por conseguinte o protocolo do Estatuto dos Refugiados entrou em vigor em 1967.

A convenção de 1951 e o protocolo de 1967 são os principais documentos que asseguram os direitos dos refugiados. Buscam garantir que os Estados cumpram com o seu dever de proteger as pessoas que busquem refúgio no seu território.

A crise mundial de refugiados que se instala principalmente na Europa é a maior desde a II Guerra Mundial. Além da violência tradicional, percebe-se o crescimento da violência de gênero em suas diversas formas que, por afetar apenas uma parcela periférica das sociedades, nem sempre é tão debatida e estudada.

Uma das implicações da subordinação do gênero feminino até mesmo nos contextos de guerra é que, em muitos conflitos internacionais, as necessidades das mulheres enquanto mulheres não são compreendidas. Como apresentado por Sjoberg,

Women are the majority of civilian casualties of war, before, during, and after the conflict. They are the primary targets of those who use rape and forced pregnancy as weapons of war. They make up the majority of refugees displaced from homes, farms, and sources of livelihood. Women also experience hardship and discrimination as members of state militaries and insurgent groups, which often replicate and exaggerate social inequalities. (SJOBERG & VIA, 2010, p. 10)¹⁷

A ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) criou uma delimitação dos chamados grupos vulneráveis, que seriam estes os constituídos por: todas as mulheres, pessoas com deficiências e idosos. Dentro desses grupos, as mulheres solteiras adultas estão entre os grupos mais vulneráveis entre os refugiados, devido à falta de meios de se sustentar, qualificação profissional e suporte familiar. Além disso, normalmente as mulheres possuem menos documentos para comprovar a necessidade de asilo em relação aos homens, ou às vezes escolhem não entregar esses documentos por terem sido vítimas de algum tipo de abuso e terem medo de contar suas histórias.

¹⁷ Tradução livre: “As mulheres são a maioria das vítimas civis da guerra, antes, durante e depois do conflito. Elas são os principais alvos daqueles que usam estupro e gravidez forçada como armas de guerra. Compõem a maioria dos refugiados deslocados de lares, fazendas e fontes de subsistência. As mulheres também experimentam dificuldades e discriminação como membros de militares estatatais e grupos insurgentes, que muitas vezes replicam e exageram as desigualdades sociais.”

De acordo com Sansonetti (2006), meninas adolescentes são especialmente vulneráveis entre as mulheres refugiadas, pois são mais expostas as chamadas violências de gênero (GBV - *Gender based violence*). Aproximadamente 20% das mulheres consultadas no documento afirmaram ter sido vítimas de alguma violência sexual quando crianças; mais de 60 milhões de crianças são forçadas a se casarem antes dos 18 anos, o que as expõe a mais uma possibilidade de violência, a partir dos seus maridos. Ainda, atualmente, mais de 140 milhões de meninas e mulheres sofrem/sofreram com alguma forma de mutilação genital, sendo a maior parte enquanto ainda crianças. Além disso, o deslocamento interrompe os estudos, deixando-as mais vulneráveis a abusos e exploração.

Ainda sobre a GBV, traz-se para a discussão o relatório baseado em um estudo de campo da ACNUR, realizado entre fevereiro e abril de 2014, que entrevistou 135 mulheres sírias chefes de família sendo: 48 no Egito, 48 na Jordânia e 39 no Líbano. A distribuição de idade variou de 17 a 85 anos. 85% se encaixavam entre 26 e 59 anos. Este levantamento resultou na confecção do documento: *Woman alone - the fight for survival by Syria's refugee women*.

Até a confecção do relatório acima mencionado, 2.8 milhões de pessoas haviam fugido da guerra civil na Síria e, de forma alarmante, soube-se que aproximadamente 4 em cada 5 destas pessoas eram mulheres e crianças. As mulheres sírias que foram forçadas a tornarem-se chefes de família representam mais de um quarto do total de meio milhão de famílias refugiadas - 145 mil. Praticamente todas as mulheres entrevistadas, tornaram-se chefes de família (*household leaders*) após o início da guerra na Síria, em março de 2011.

A maioria das mulheres saíram do país por conta do medo de viver sozinhas em uma zona de guerra. Entre as entrevistadas, 60% apontaram a “falta” de um “antigo” chefe de família (maridos, pais...) como a razão principal para a sua saída do país. Estes dados demonstram como a guerra tem consequências específicas e particularidades quando analisadas através das lentes de gênero. Uma mulher quando se vê sozinha numa zona de guerra se encontra numa situação de extrema vulnerabilidade, inclusive e principalmente em relação às GBV (violências de gênero) já citadas, como o estupro como arma de guerra.

A escassez de dados sobre a violência de gênero é extremamente preocupante, a maioria das sobreviventes evitam falar sobre o assunto, já que muitas vezes são culpabilizadas pelo que lhe aconteceu e também pela falta de confiança nas autoridades

– principalmente quando são homens. O medo de ter seu visto negado por “questões morais” é mais um fator pelo qual as mulheres tendem a esconder os abusos que sofreram, pois podem ser taxadas como prostitutas e não conseguem fugir da situação de risco que se encontram.

Mesmo quando recebem o asilo, as mulheres continuam em situação de vulnerabilidade. Quando se instalam em comunidades, é esperado que continuem representando o papel que lhes era atribuído pelos homens no seu país de origem, como cuidar da casa e das crianças. Isso causa um forte isolamento social, econômico e cultural, contribuindo para sua dependência.

O isolamento no país de asilo também pode surgir devido ao fato das mulheres estarem completamente sozinhas, pois tiveram que abandonar suas famílias no país de origem. Tornam-se praticamente invisíveis, pois nunca foram incentivadas a saírem e buscarem sua independência da forma que os homens foram. De acordo com Spitzer (2006), a prevenção do isolamento das mulheres refugiadas é uma condição prévia para que possam aproveitar das políticas e medidas implementadas no país que as acolheu e se provou ter um impacto positivo no bem-estar e na vida das mulheres.

Entrando novamente na questão da crise atual, é interessante a exposição de dados quantitativos para ilustrar a situação. Em 2016, a ACNUR produziu o relatório chamado “Global trends - forced displacement in 2016”¹⁸ com dados alarmantes.

De acordo com o relatório citado acima, ao final do ano de 2016, 65.5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocarem devido a perseguições, guerras, conflitos ou violações dos direitos humanos - isso significa dizer que a cada minuto do ano, 20 novas pessoas tiveram de deslocar-se. Um aumento de 300 mil pessoas em relação ao ano anterior, atingindo um novo recorde. Dentro deste total, os refugiados sírios constituem o maior grupo de uma única origem, 5.5 milhões.

Mais da metade da população síria deslocou-se - dentro das fronteiras ou internacionalmente - de maneira forçada durante o ano, 12 milhões de pessoas. Dessas 12 milhões, 5.5 milhões eram refugiados, 6.3 milhões se encontravam deslocados internamente dentro das fronteiras do país¹⁹, e quase 185.000 pessoas em busca de asilo.

O relatório aponta uma dificuldade já comentada anteriormente, quanto a questão da dificuldade de dados específicos - principalmente em regiões onde a ACNUR não está

¹⁸ Em tradução livre: “Tendências globais - deslocamento forçado em 2016”.

¹⁹ Isso significa dizer que a cada 1.000 pessoas na Síria, 650 estavam deslocados internamente. Tornando-se o primeiro país onde os *Internally Displaced* (IDPs), configuram a maior parte da população.

envolvida na coleta dos dados. Em 2016 houve um declínio na quantidade de países que forneceram dados concernentes à população em situação de risco, de 164 países nos anos anteriores, para 147.

A seguinte tabela, encontrada neste documento, demonstra percentualmente a quantidade de mulheres refugiadas em 2016 em relação à população refugiada total:

TABELA 1: Características demográficas dos refugiados - 2003 a 2016 (% da população total)

ANO	MULHERES	IDADE		
		<18	18-59	>60
2003	48	49	46	5
2004	48	50	45	5
2005	48	46	49	5
2006	47	47	49	4
2007	47	46	49	5
2008	48	44	51	5
2009	47	41	54	5
2010	47	44	51	5
2011	48	46	49	5
2012	48	46	49	5
2013	49	50	46	4
2014	49	51	46	3
2015	47	51	46	3
2016	49	51	45	4

Fonte: ONU (2016).

Percebe-se um pequeno aumento em relação ao ano anterior, mas o percentual possui pouca variação real nos anos estudados. A população feminina menor que 18 anos nunca esteve tão alta como nos anos de 2014 a 2016, 51% das mulheres refugiadas. Na faixa etária entre 18 e 59 anos, houve uma leve queda, totalizando 45% - número antes visto somente em 2004. Por último, o percentual de mulheres acima de 60 anos se manteve estável em 2014 e 2015, aumentando somente 1% em 2016.

Depois desta pincelada acerca da situação dos refugiados, o próximo capítulo abordará as questões históricas de formação do Estado Sírio que contribuíram para o cenário atual. Uma compreensão histórica mais ampla acerca da Síria ajuda a esclarecer os motivos que levaram à erupção da guerra no país e a consequente crise de refúgio.

2. A GUERRA NA SÍRIA E O MOVIMENTO DE REFUGIADOS

2.1 PEQUENO HISTÓRICO DA REGIÃO SÍRIA E DO ORIENTE MÉDIO

Para entender a situação atual da Síria, faz-se necessária uma viagem até o século passado. Ao estudar as motivações colonialistas, inicialmente dos franceses e britânicos e, posteriormente, dos americanos, que levaram à divisão dos países do Oriente Médio, o cenário atual fica mais claro.

Mas antes, um pequeno resumo da história da Síria - mais especificamente da cidade de Damasco - ajuda a compreender melhor todos os aspectos. A cidade de Damasco, capital da Síria, é conhecida por alguns como o centro urbano mais antigo a ser habitado continuamente (SAHNER, 2014).

Seis mil anos atrás, nômades se estabeleceram no local e, desde então, diversos grupos passaram pela região. Foi governada por dinastias do Oriente, como os Assírios e os Babilônios, antes de ser dominada por Alexandre o Grande. Os gregos construíram e organizaram a cidade, construindo ruas e teatros. Em seguida, os Romanos conquistaram a área por volta de setecentos anos.

De acordo com Sahner (2014), em 635-36 A.C., foi que o exército Islâmico dominou a Síria. Instaurou-se, então, um período ininterrupto de dominação islâmica, passando por diversas dinastias até os Otomanos, que governaram até 1918.

A chegada dos muçulmanos na Síria não encontrou muita resistência, como havia acontecido no Iraque e no Egito. Nessas áreas, os recém-chegados se instalaram em acampamentos militares que, com o tempo, evoluíram para cidades - isso se deu para dividir os soldados do restante da população. Na Síria, os militares se estabeleceram principalmente nas cidades que já existiam. A questão da segurança não era tão latente, não havia necessidade de uma separação (SAHNER, 2014).

Erlich (2014) explica que os Otomanos permitiam certa autonomia aos líderes tribais. Os nobres locais governavam suas regiões - Cristãos, Judeus e Muçulmanos faziam suas próprias leis pessoais, como sobre casamento e divórcio, por exemplo - contanto que pagassem impostos à Constantinopla.

Já existiam conflitos inerentes à convivência entre os diversos grupos religiosos, mas havia também cooperação. Os Otomanos balanceavam e controlavam as forças a seu favor, mantendo as tensões sob controle. Longe de ser uma unidade geográfica e cultural, é, na verdade, um retalho de diversas paisagens. Essa questão geográfica reforça as divisões culturais e políticas já existentes.

Com o início da I Guerra Mundial, os Otomanos se uniram à Tríplice Aliança²⁰. O Reino Unido, e também a França, tentavam aproveitar a Guerra para dividir o Império Otomano e obter o controle das colônias alemãs. Se utilizaram do nacionalismo árabe para tentar atingir seus objetivos, diziam apoiar a independência árabe mas sem tomar nenhuma ação ao seu favor, enquanto buscavam, na realidade, expandir seus impérios por meio de colônias.

Os britânicos encontraram uma alternativa política ao Sultão Mehmed V, o líder do mundo muçulmano, em Sharif Hussein. Hussein era o governador de Meca²¹ e se ofereceu para apoiar o Reino Unido em troca da garantia do surgimento de uma nação árabe independente após o conflito - essa nação iria compreender praticamente todo o Oriente Médio.

Hussein afirmava ser descendente direto do Profeta Maomé e por isso, acreditava-se que ele era uma alternativa viável para uma revolta contra o Império Otomano. Suas visões eram completamente conservadoras - incluindo a proibição de que as mulheres trabalhassem e a amputação de membros dos ladrões. Esse conservadorismo extremo de Hussein não foi empecilho para que os britânicos o apoiassem. Contudo, também mostrou-se importante destacar que uma aposta foi feita pelo império na figura de Sharif Hussein, enquanto veículo das vontades ocidentais de dissolução do Império Otomano.

O interesse nessa área não era apenas pela pura e simples expansão do Império, mas o interesse pelo petróleo. De acordo com Engdahl (2004), ao fim da guerra, 40% por cento da frota naval britânica funcionava com petróleo, o que demonstra a tamanha importância que esse combustível estava ganhando e porque era importante dominar áreas ricas em petróleo.

Os Estados Unidos eram os maiores produtores de petróleo da época, enquanto o Reino Unido não possuía nenhuma reserva doméstica. Apesar dos americanos e britânicos serem aliados, não era interessante depender de uma outra potência. Não queriam apenas ter acesso ao petróleo pelo mercado, cobijavam um controle estratégico onde pudessem não somente ter acesso, mas a possibilidade de negar acesso aos seus inimigos.

²⁰ A Tríplice Aliança foi um acordo militar, político e econômico entre a Alemanha, o Império Austro-Hungáreo e a Itália. Do outro lado estava a Tríplice Entente, formada pelo Reino Unido, o Império Russo e a França.

²¹ Considerada a cidade mais sagrada para os muçulmanos.

Assim, o controle do Canal de Suez²² era vital para o comércio mundial britânico. Para proteger o canal, procurava o controle das áreas adjacentes ao Egito, como a região de Gaza, Palestina e a Jordânia (ERLICH, 2014).

A França, apesar de aliada ao Reino Unido na I Guerra, tinha seus próprios interesses coloniais, muitas vezes em competição com os britânicos. Neste contexto, obter o domínio dos territórios sírios apresentou-se como uma opção extremamente valiosa, devido a diversas razões que tornam a região atrativa, a nomear: a. reservas de petróleo, b. localização geográfica, por ser uma saída para a Europa e possuir acesso direto ao Mar Mediterrâneo, c. interesses econômicos no comércio de seda, que era muito forte na Síria.

Erlich (2014) demonstra que, numa leitura distorcida da história, os franceses se afirmavam no direito das suas reivindicações. Em 1536, o Sultão Otomano nomeou a França como “protetora” dos cristãos que viviam naquela região. O francês se tornou a terceira língua mais falada no Império Otomano (ficando atrás apenas do Turco e do Árabe), haviam construído o sistema ferroviário sírio e as companhias de gás e eletricidade de Beirute.

Esses interesses egoístas na região foram mantidos em segredo durante o período da Guerra, quando se apoiavam num discurso pela independência do mundo árabe. Em 1916 foi firmado um acordo secreto entre os franceses e ingleses, conhecido como o acordo de Sykes-Picot. O acordo demonstrava a intenção dos britânicos em controlar as subdesenvolvidas potências petrolíferas após a Guerra (ENGDAHL, 2004).

O acordo, que tinha o consentimento do Império Russo, definia as respectivas esferas de influência e controle das potências no Oriente Médio. Dividia as províncias árabes do Império Otomano em áreas que viriam a ser de controle direto ou de influência francesa ou britânica como mostrado na imagem a seguir:

²² Construído para ligar o Mar Vermelho ao Mediterrâneo.

Imagem 1: Províncias divididas em áreas de controle direto/influência francesa ou britânica



Fonte: SYKES-PICOT AGREEMENT²³

Os britânicos assumiram o controle da região costeira entre o mar e o rio Jordão, o sul do Iraque e uma pequena área que abrangia os portos de Haifa e Acre - permitindo acesso ao mediterrâneo. A França recebeu o sudeste da Turquia, o norte do Iraque, a Síria e o Líbano.

Essa divisão em nenhum momento se importou com a população local e como isso os afetaria. Erlich (2014) mostra que Sykes-Picot é mais um meio de dominação que se mascara na intenção de apoiar a criação de Estados Árabes independentes. A cláusula 2 do acordo afirma que a França e o Reino Unido terão permissão de estabelecer administração ou controle - direta ou indiretamente - da forma como acharem convenientes²⁴.

²³ Disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Sykes-Picot_Agreement.

²⁴ Mesmo que 23.

Até para os padrões da época o acordo era extremamente audacioso e por isso foi mantido em segredo. Enquanto fingiam seguir o que fora acordado, ambos os lados continuavam na busca pela expansão do controle. Sabiam que não iam conseguir que houvesse uma revolta contra os Otomanos, se os árabes soubessem que estariam lutando apenas para se tornarem dominados por outro poder (ERLICH, 2014).

O acordo de Sykes-Picot veio a público em 1917 com a Revolução Russa. Apesar de causar uma indignação internacional, não houve nenhuma mudança efetiva nas políticas coloniais. Nos tratados de paz do pós-guerra os Otomanos foram forçados a ceder seu controle e o Reino Unido e a França continuaram a criar e comandar colônias e proibir qualquer autodeterminação árabe.

Cabe fazer uma explicação sobre a Declaração de Balfour e a criação do Estado Judeu, já que suas consequências ecoaram por todo o Oriente Médio. Chaim Weizmann, grande líder sionista²⁵, foi um dos representantes que buscava o apoio de grandes potências colonialistas para “patrocinar” a criação do Estado Judaico.

Cabe aqui fazer um parêntese para falar do “Dreyfus Affair” (o caso Dreyfus) que ilustra o antissemitismo francês no final do século XIX, durante a Guerra Franco Prussiana. Alfred Dreyfus, único oficial judeu do exército francês foi julgado e condenado por alta traição: uma carta foi encontrada na Embaixada alemã em Paris e logo chegou-se à conclusão de que havia um traidor entre os oficiais. Sem grandes investigações, Alfred foi o único suspeito (SILVA, 2012).

O irmão de Alfred, Mathieu Dreyfus, iniciou uma investigação paralela para encontrar o responsável. Nesta investigação, chega-se a Marie Charles Ferdinand Walsin Esterházy, outro oficial, que havia realmente escrito a carta. Mesmo com a nova revelação, o exército opta por manter a condenação de Alfred e inocenta Esterházy. Essa decisão causa revolta no escritor Émile Zola que, em 1898, escreve uma carta endereçada ao presidente francês no jornal *L’Aurore*, com o título “J’accuse!”. Manifestações tanto contra como a favor de Dreyfus tomaram as ruas - vale ressaltar que o bloco conhecido com anti-dreyfusards era liderado por antissemitas que passaram, inclusive a atacar estabelecimentos judaicos. Dreyfus só é inocentado em 1899, mas mesmo assim o real culpado jamais foi punido (LUCENA SILVA, 2016).

Lucena Silva (2016) ainda realça:

²⁵ O Sionismo é um movimento político que defende o direito à auto-determinação do povo judeu e à existência de um Estado Nacional judaico, independente e soberano no território onde existiu o antigo Reino de Israel.

o que influenciou a opinião pública da época foi o fato de Alfred Dreyfus ser o único judeu oficial do exército francês. Como se observou depois, uma grande parcela da revolta dos franceses tinha ligações com o antissemitismo latente da sociedade. (LUCENA SILVA, 2016)

Voltando à questão da criação de um Estado Judaico, os britânicos tentaram inicialmente alocá-los onde hoje é a região conhecida como o Quênia, numa tentativa de uní-los ao restante de suas colônias como uma estratégia de dominação. Enquanto não alcançavam sua terra prometida, por volta de 1907, muitos judeus europeus se instalaram na região da Palestina - controlada pelos Otomanos (ERLICH, 2014).

A criação de um assentamento de minoria judaica dentro do território do Oriente Médio era extremamente vantajosa, geopoliticamente falando, para as potências da época, pois representaria a criação de um Estado que se comprometeria em ser favorável às políticas ocidentais em meio a um território tão instável e hostil. Deve-se atentar ao fato de que, nessa época, grande parte da população britânica era extremamente preconceituosa e antissemitista, o que indica que os interesses geopolíticos estatais se sobrepuseram à hostilidade do povo britânico aos judeus. As vantagens incluíam ajuda na defesa do controle do Reino Unido sobre o Canal de Suez e mais uma colônia britânica significaria menos poder para os franceses.

Em 1917, o secretário de assuntos estrangeiros do Reino Unido, Arthur Balfour, escreveu a seguinte carta, que ficou conhecida como a Declaração de Balfour:

‘His Majesty’s Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours for the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country.’ I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist Federation. Yours sincerely, Arthur James Balfour. (apud ENGDAHL, 2004)²⁶

²⁶ Tradução livre: “O governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de uma casa nacional para o povo judeu, e fará seus melhores esforços para a consecução deste objetivo, entendendo-se claramente que nada deve ser feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos de comunidades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e status políticos de que gozam os judeus em qualquer outro país.” Agradeceria se você pudesse trazer essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista. Atenciosamente, Arthur James Balfour.”

Essa carta serviu de base para que a Liga Britânica das Nações pós-1919 estabelecesse sobre como deveriam ser as mudanças territoriais (que tiveram consequências globais) na Palestina. Engdahl explica que essa referência, quase que casual, feita às “comunidades não-judaicas existentes” dizia respeito a mais de 85% da população, que eram Árabes Palestinos. Menos de 1% da população palestina era judia. A população da região jamais foi consultada pelos britânicos.

Fica clara a contradição britânica que, em dado momento dizia apoiar a independência árabe e, em seguida, fez o mesmo com os judeus. Da mesma forma que a França se utilizou de um recorde histórico distorcido, agora o Reino Unido se munia do fato dos Judeus terem vivido na Palestina alguns mil anos atrás.

O Tratado de Versalhes - resultado da Conferência de Paz de Paris, de 1919 -, famoso por impor sanções à Alemanha, também continuava a discussão sobre como dividir o antigo Império Otomano. França e Reino Unido tinham seus aliados já definidos, mas um novo e importante ator entra em jogo, os Estados Unidos.

Houveram esforços para a paz entre o líder Sionista Chaim Weizmann e Emir Faisal, que estava governando grande parte do que havia sido o Império Otomano. Essa tentativa, no entanto, estava atrelada ao cumprimento por parte dos britânicos da promessa de um Estado Árabe Independente e, como já foi exposto, isso nunca esteve na real agenda do Reino Unido.

Ainda em 1919, uma comissão inicialmente formada pelos EUA, Reino Unido e França decidiu fazer uma pesquisa de opinião popular sobre independência e controle colonial. Destas nações, apenas os americanos continuaram comprometidos com a realização deste estudo que, como podia se esperar, produziu resultados um tanto quanto duvidosos.

A pesquisa demonstrou que os Estados Unidos tinham uma “aptidão” para a tarefa de comandar o Oriente Médio - apesar dos resultados claramente apontarem que a população era a favor da independência total, tendo escolhido os americanos apenas como um meio para se chegar a tal objetivo apenas quando não tinham outra alternativa. Esta suposta aptidão, constatada através deste estudo, foi contestada tanto por europeus quanto por árabes (ERLICH, 2014).

Como nessa época o poder político americano ainda não era suficiente para estabelecer mais colônias diretas, apoiaram a autodeterminação árabe no Oriente Médio, afinal, a outra possibilidade seria a colonização por uma potência mundial concorrente. Mostra-se, assim, a proposta dos Estados Unidos, de manter o Oriente Médio num regime

de controle similar ao que impôs a países da América Latina: Estados Independentes, porém mantendo-os como seus clientes e sob o seu controle, através de influência política que muitas vezes não se fazia visível direta, apoiando secretamente atores que favoreciam um desequilíbrio interno das nações caso o governante não acordasse com as visões políticas norte-americanas. A divisão do império no maior número de pequenos-estados dificultaria a construção de uma unidade nacional forte, que pudesse se colocar enquanto oposição aos Estados Unidos nas relações de poder globais.

Os Estados Unidos, que não haviam ratificado o Tratado de Versalhes, nem se uniram à Liga das Nações, continuaram a ter um papel secundário na região até o fim da II Guerra Mundial.

A região teve um suspiro de independência com Emir Faisal eleito como Rei da Nação Árabe após o fim da I Guerra, mas logo os franceses estavam prontos para voltar a tentar assumir o poder. Nesse momento, o governo de Faisal controlava a Síria e parte do Líbano, e os britânicos o Iraque, a Jordânia e a Palestina.

Faisal tentou um acordo com o primeiro ministro francês para se manter no poder, mas os nacionalistas sírios se opuseram, pois isto ainda representaria uma submissão às vontades do ocidente. Neste cenário, Faisal encontra dificuldades em manter-se no comando da recém-criada nação, pois não era capaz de enfrentar militarmente o exército francês o que tornava necessário negociar com o mesmo; ao passo que o povo sobre o qual exercia liderança desejava independência absoluta das potências ocidentais. Com menor força política, econômica e militar, Faisal foi forçado a fugir do país.

Erlich (2014) explica que, além dos franceses serem superiores militarmente, o Nacionalismo Árabe ainda era um sentimento pouco desenvolvido. Os membros do recém-criado Estado identificavam-se, quase que unicamente, com suas tribos e etnias, não atrelando a identidade pessoal com características do novo estado. Entretanto, talvez esta situação fosse um pouco esperada, principalmente quando leva-se em conta a grande diversidade étnica presente neste cenário, retalhado por diversos conflitos históricos e agora agrupados.

A responsabilidade sobre esta ausência de identidade pode ser atrelada às divisões historicamente realizadas pelas potências ocidentais, que jamais levaram em consideração as especificidades das etnias presentes no território. É um grande círculo que se retroalimenta: a ausência de identidade favorece a dominação ocidental; contudo, é esta mesma dominação que não permite a formação de uma identidade nacional. Haviam

muitas ideias diferentes entre os povos de como a independência deveria ser, e foi desse pluralismo de ideias que as potências ocidentais se aproveitaram para exercer sua agenda política para a região.

Vale a pena destacar ainda os Tratados de Sevres e de Lausanne. O Tratado de Sevres, em 1920, denominava à França a região do Líbano, da Síria e a Província de Hatay (na fronteira da Síria com o que hoje é o sudoeste turco) e o restante da região árabe para o Reino Unido. Os turcos não aceitaram esse tratado, pois dava muito poder aos Impérios colonialistas e num levante militar, estabeleceram a República da Turquia.

Surgiu, então, o Tratado de Lausanne, em 1924, que estabelecia a maior parte das fronteiras turcas como conhecemos hoje. A província de Hatay, inicialmente mantida como parte da Síria, em 1938 separou-se da Síria e passou a fazer parte da Turquia. Até hoje essa separação é controversa e os sírios afirmam que a província foi roubada pelos turcos.

Voltando a Síria, os franceses se deparavam com a opção de construir um Estado Sírio ou continuar com o que vinham fazendo, dividir e governar. Escolheram a segunda opção, e sua divisão sempre agravando tensões étnicas e religiosas. A França passou a construir estradas e linhas ferroviárias, explorando a população local para essas construções.

A semente do nacionalismo havia sido plantada na Síria durante a I Guerra Mundial. Em 1925, inicialmente nas vilas Drusas²⁷ e depois envolvendo outros grupos de outras regiões sírias. Apesar da elite econômica apoiar o governo, conseguiram conquistar algumas cidades e vilas tentando acabar com o governo francês.

Mas essa revolta tinha algumas falhas, como a falta de uma consistência ideológica: seu plano foi arquitetado somente até a expulsão dos franceses. O governo se apoiou nessas falhas e conseguiu jogar as diversas religiões e etnias umas contra as outras - muitos tinham medo de que a revolta beneficiasse apenas os Drusos. Apesar do sucesso inicial, o poder francês se mostrou mais forte e conseguiu vencer os revoltosos (ERLICH, 2014).

Em 1943, o Bloco Nacional sírio venceu as eleições parlamentares - advogavam por políticas de independência. Houve tentativa de negociação com a França, mas não foi bem sucedida.

²⁷ Os drusos são um grupo étnico que pratica sua própria forma de islamismo. Viviam em regiões isoladas e montanhosas do que hoje conhecemos como Líbano e a Colina de Golan (ERLICH, 2014).

Lutas armadas tiveram início em 1945, os franceses fizeram diversos ataques à cidade de Damasco, matando centenas de civis - somente com a intervenção britânica foi possível que os ataques cessassem. No mesmo ano, a França desistiu do controle da Síria, que passou a integrar as Nações Unidas ainda em 1945.

Com contextualização inicial sobre a Síria e o Oriente Médio e como os Impérios colonialistas dividiram essa região sem consideração pela população, o próximo tópico abordará o período após a II Guerra Mundial.

2.2 DA SÍRIA INDEPENDENTE À ATUALIDADE

A Síria torna-se independente da França em 1946, logo após a II Guerra Mundial. Recém independente, continuava enfrentando desafios demográficos, socioeconômicos e regionais. Para entender um pouco melhor a situação, é interessante explicar que a população síria é formada por diversos grupos como os sunitas, xiitas, cristãos, alauítas (um ramo dos xiitas) e drusos.

Há um grande conflito entre os sunitas - que são a grande maioria da população - e os xiitas. O discurso nessa disputa é fortemente religioso e teria raízes desde a morte de Maomé; mas é também extremamente político e uma luta pelo controle do país. Essa divergência religiosa entre xiitas e sunitas advém das diferentes interpretações dadas à história sagrada do Islamismo - os sunitas consideram uma heresia a devoção ao xiita Ali (sucessor de Maomé)²⁸.

No âmbito externo, uma grande crise surge: a fundação do Estado de Israel. A Síria sempre foi uma grande opositora da criação de um Estado sionista, em 1945 fundou a Liga Árabe, junto com o Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Jordânia e Iêmen que lutavam pela expulsão dos judeus da Palestina.

Em 1948, com a Palestina ainda sob o controle colonial britânico, as Nações Unidas votaram pela criação de um Estado Árabe e um Judaico na Palestina. Nenhum dos lados ficou satisfeito com a proposta; os judeus porque não ficaram satisfeitos com o tamanho que seu Estado teria, e porque opunham à criação de um Estado Árabe. E os árabes, pois nessa divisão os judeus ganhariam 50% da região, quando possuíam apenas em torno de 7%.

Nesse mesmo ano iniciou-se o conflito armado. Forças militares judaicas lançaram ataques contra os exércitos britânico e árabe. A força militar árabe, mesmo com

²⁸ Em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/03/internacional/1451843662_491050.html

o apoio de outras nações, era consideravelmente menor e a guerra acabou oficialmente em 1949, com a vitória dos israelenses.

Essa derrota teve impacto direto na política síria e no golpe militar que ocorreu no mesmo ano. A Síria concordou com um armistício com Israel, apesar de não reconhecer sua legitimidade como Estado-Nação.

Esses acontecimentos trouxeram de volta o nacionalismo árabe. Surgia na Síria o Partido Baath - “Baath” significa renascimento. Era um movimento secular de esquerda, eram opositores dos poderes coloniais e da elite local síria. Pouco depois se uniram a outro partido, formando o Partido Social Árabe Baath, com o slogan de “União, liberdade, socialismo”. Foram vitoriosos nas eleições no início da década de 1950, se tornando o segundo maior partido sírio (ERLICH, 2014).

Após a guerra pelo canal do Suez, em 1956 - onde o Egito, com apoio da Síria e do restante do mundo árabe, conseguiu nacionalizar o canal - a Síria assinou um acordo militar com a União Soviética, que continua até hoje com a Rússia. Isso porque ficou claro que os Estados Unidos iriam sempre apoiar Israel (que havia ficado do lado dos britânicos na Guerra do Suez).

A Síria e o Egito tentaram, em 1958, formar um único país chamado República Árabe Unida. A tentativa não foi bem sucedida pois, enquanto o partido Baath acreditava que ficaria no poder na parte síria, Nasser tentou dominar todo o novo Estado.

Em 1961 a Síria se separou por meio de um golpe militar. Os Baatistas se tornaram ideologicamente de direita e a parte militar do partido expulsou a seção marxista. Em 1963, o partido Baath assumiu o poder em uma Síria fragmentada - tanto por questões étnicas quanto pelas divisões históricas que os impérios haviam imposto.

O partido internamente era marcado por disputas de poder, ambições pessoais e ideologias. Externamente sofria oposição de grandes partes da população, tanto de muçulmanos como de liberais.

Conseguiu sair dessa bolha de isolamento por meio de reformas. Quebrou a retenção econômica da oligarquia, conseguiu o apoio de camponeses por meio de uma reforma agrária e por meio de nacionalizações, criou um setor público que passou a empregar grandes segmentos da classe média e da classe trabalhadora (HINNEBUSCH, 2012).

Além disso, o regime tentou se legitimar adotando um nacionalismo árabe militante. Isso acabou levando a uma derrota para Israel na Guerra dos Seis Dias (em 1967) e a perda das Colinas de Golã.

Esses fatos aceleraram um processo de fortalecimento de uma facção realista dentro do partido, em 1970, sob o comando de Hafez al-Assad. O novo presidente transformou um regime instável numa “monarquia presidencial”.

O regime de Hafez al-Assad era concentrado na sua figura. A sua personalidade e sua imagem constituíam num centro que unificava o poder tanto dentro da Síria quanto externamente.

Ao mesmo tempo, era também de gerência familiar - até mesmo tribal, considerando os papéis que a sua tribo (tribo Kalbiyya) e sua família tinham. A comunidade alauíta também constituía um elemento de muita importância, com Hafez ascenderam de um setor minoritário para o status de elite.

De forma geral, Zisser (2006) descreve o regime de Assad pai como multifacetado. De acordo com as suas necessidades, se mostrava mais centrado na personalidade de Hafez, na comunidade ou também na sua tribo. Ainda faziam parte do governo as características do Partido Bath e o militarismo, tendo apoio do exército.

O regime possuía vulnerabilidades que haviam sempre de ser revisitadas. Seu maior opositor era a Irmandade Islâmica, representava um complexo comercial e clerical urbano. Essa oposição levou a diversos levantes e protestos, principalmente no início dos anos 1980, que foram brutalmente reprimidos. Assad tinha ao seu lado o exército, a cidade de Damasco e grupos rurais do partido Baath, que foi o que permitiu o “sucesso” nessas repressões.

Após os incidentes na década de 1980, Assad criou diversas novas agências de inteligência e guardas. Mas, para se manter seguro, ele tinha de assegurar a lealdade dos mesmos, e o fez por meio da tolerância com práticas corruptas e imunidade às leis. Em consequência, essas práticas sugaram os ativos financeiros do setor público - e causaram a fuga do capital privado.

Além dos problemas financeiros internos, o constante conflito com Israel continuava desviando muitos recursos de um possível desenvolvimento financeiro. Além de que esse estado de segurança nacional “superou” sua base econômica, gerando um déficit constante. Hafez para se manter no poder se apoiou no nacionalismo na política externa e no fato da Síria atuar como “bloqueio” para o acesso de Israel à ajuda dos países do Golfo Pérsico.

No final dos anos 1980, as vulnerabilidades econômicas levaram a uma crise que congelou os benefícios sociais e o setor público do país. A saída foi a volta do investimento privado como meio de crescimento. Em paralelo, na década de 1990, sua

grande parceira, a União Soviética é dissolvida e com isso ajuda externa diminui consideravelmente - agora as linhas nacionalistas do partido Baath vão de encontro a necessidade do investimento interno como substituto.

Seus gastos militares começaram a diminuir devido à tentativa de um acordo de paz com Israel, com apoio dos Estados Unidos. Hinnebusch (2012) explica que este acordo satisfaria a legitimidade nacionalista e, ao mesmo tempo, abriria portas para investimentos externos.

Apesar dessa nova abertura, o regime continuou se opondo a uma liberalização econômica total, que foi obstruída pela institucionalização de uma ideologia populista que desconfiava do setor privado. O regime agora equilibrava-se entre seus antigos eleitores populares e a burguesia emergente. Esse foi o cenário que Bashar al-Assad encontrou ao assumir o poder.

2.3 BASHAR AL-ASSAD

Bashar al-Assad é o segundo filho homem de Hafez e Anisa al-Assad. Bashar, diferentemente dos seus irmãos, era tido como uma pessoa quieta e reservada, sem grandes espíritos de liderança. Antes de tornar-se presidente da Síria, era oftalmologista em na cidade de Londres.

Hafez, seu pai, mantinha seu governo militar, além de ter bases étnicas e familiares. A rápida ascensão do seu irmão mais novo Rif'at a um alto cargo militar, criou rumores que ele estaria preparando seu irmão para ser seu sucessor. Mas logo ficou claro que a escalada de poder de seu irmão era apenas para reforçar o seu próprio poder e segurança do regime.

Em 1983, um ataque cardíaco debilitou fortemente a saúde do presidente, seu irmão, logo prontificou-se e passou a promover-se como sucessor. Essa disputa pela liderança do país chegou a ameaçar uma possível guerra civil e a própria sobrevivência do regime de Hafez. No entanto, o presidente foi vitorioso e seu irmão foi exilado para a Europa.

No início dos anos 1990, começaram a surgir rumores que sugeriam que ele vinha preparando o seu filho mais velho, Basil al-Assad, para possivelmente tornar-se seu sucessor - já que nunca se recuperou completamente de saúde. Diferentemente de Bashar, Basid seguia uma carreira militar e era bastante popular publicamente.

Contrariando todos os planos do seu pai, Basid morreu num acidente de carro em Damasco, em 1994. Sua morte foi um choque para a população, que via nele uma esperança de futuro para o país (ZISSER, 2006).

Após a morte de seu irmão, a escalada de Bashar para o poder foi bastante rápida. Ainda havia um longo caminho a ser percorrido até que pudesse ser reconhecido como sucessor de seu pai. Além da preparação de Bashar era imprescindível a supressão de outros candidatos como seu tio Rif'at, que havia regressado a Síria em 1992 e outros comandantes do governo de Hafez al-Assad.

Como havia feito em boa parte do seu governo, Hafez se utilizou de táticas indiretas para que seu filho passasse a ser reconhecido pela população e para evitar choques entre os possíveis candidatos a lhe suceder. Ao mesmo tempo em que preparava Bashar, moldando sua personalidade para se tornar um líder - sempre com treinamentos militares -, forçou os seus concorrentes à aposentadoria.

Bashar seguiu praticamente os mesmos passos do seu irmão Basil no exército - porém de forma acelerada. Enquanto crescia na carreira militar, seu pai tomava medidas dentro do exército para garantir que ele recebesse o apoio necessário quando chegasse o momento certo.

Além do treinamento militar, como foi dito, a imagem pública de Bashar também foi bastante trabalhada. Apoiando-se no fato dele ter estudado no Ocidente, construíram uma ideia de uma pessoa que buscava a modernização e abertura da Síria, com internet e acesso à informação para todos. Zisser (2014) explica que Bashar já expressou essa preocupação abertamente em entrevistas, quando afirmou que o mundo árabe precisava ter acesso a internet para evitar que Israel exercesse um poder hegemônico nesta mídia.

Bashar chegou a visitar regiões da Síria que seu pai nunca havia ido. Aleppo, maior cidade síria e de maioria sunita, foi um desses locais. Além de visitas dentro da Síria, perto do final da década de 1990, Bashar começou a viajar também por diversos países Árabes, como a Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.

Em 1999 um referendo reelegera Hafez al-Assad como presidente - apesar da enorme aceitação (mais de 90% dos votos), o resultado refletia mais o desinteresse da população do que a efetiva aprovação de Hafez. Após sua reeleição, Hafez passou a planejar um congresso regional do Partido Bath, que não acontecia desde 1985- esse congresso, em tese, deveria acontecer a cada quatro anos para eleição de líderes do partido e discussões sobre o futuro. A decisão de Assad pela realização do congresso era mais uma prova da sua tentativa de fortalecer a imagem de Bashar como seu sucessor.

O maior opositor de Bashar al-Assad continuava sendo seu tio, Rif'at. Desde seu retorno a Síria, continuou com suas ambições políticas, principalmente nos países vizinhos e por meio da religião - Rif'at buscou apoio dentro da comunidade alauíta, aderindo a um estilo de vida religioso.

Essa busca pela sua consolidação política veio acompanhada de retaliações por parte do seu irmão. Em 1998 Rif'at foi oficialmente despossado do seu cargo de vice-presidente para assuntos de segurança nacional e diversas prisões foram decretadas à apoiadores de Ri'fat, inclusive muitos de seus associados foram mortos durante uma investida militar orquestrada pelo presidente. Apesar disso, ele continuou construindo sua imagem e cultivando laços políticos com importantes personalidades do mundo árabe (ZISSER, 2006).

Hafez al-Asad morreu em junho de 2000. O período de luto foi acompanhado por medidas rápidas e estratégicas para que Bashar fosse eleito seu sucessor. No mesmo dia de sua morte, ocorreu uma sessão da “People’s Assembly” - a autoridade legislativa síria - com objetivo de alterar o Artigo 83 da Constituição, este artigo instituía 40 anos como a idade mínima para o presidente da nação. Bashar tinha apenas 34 anos na época, idade estabelecida como mínima após a ratificação do Artigo 83 nesta sessão da assembleia.

Os esforços não pararam por aí, o presidente interino ‘Abd al-Halim Khaddam - vice-presidente de Hafez - anunciou dois novos decretos. Um deles elegia Bashar como comandantes das forças armadas e outro que o promovia a “fariq” (marechal) - o mais alto posto militar, o qual seu pai também havia sido. Logo em seguida, personagens do alto escalão do governo e do exército começaram a anunciar apoio a Bashar. No congresso do partido Bath, que havia sido programado por Hafez antes de sua morte, Bashar foi eleito como secretário geral do partido.

De acordo com a constituição síria, o comando regional do partido Bath que escolhe o candidato para a presidência. A partir disso o candidato deve ser aprovado pela People’s Assembly e em seguida pela população, através de um referendo. Bashar logo foi indicado pelo partido, e aprovado tanto pela assembleia como no referendo.

Aproximadamente um mês após a morte de seu pai, Bashar al-Assad foi oficialmente eleito presidente da nação, por meio de todas as vias legais - a moralidade e a ética são outras questões. A rapidez com que tudo ocorreu não deixa dúvidas que Hafez havia arquitetado todo o processo antes da sua morte.

Zisser (2006), aponta que os discursos de Bashar eram repletos de slogans como “Change alongside Continuity and Stability”²⁹. As vias operacionais para implementação dessas mudanças ou outras ações pretendidas por ele não eram explicadas. Seu regime buscava um caminho pelo “meio”, expandindo o setor privado e reformando o público. Manteve as proteções sociais durante a liberalização econômica.

Rif’at, seu tio, novamente exilado, continuava representando a oposição a Bashar. Mas suas tentativas de apelo ao público não obtiveram grandes respostas e eventualmente Rif’at anunciou seu apoio a alguns dos pronunciamentos dados pelo novo presidente.

Esse suposto apoio continuava com muitas ressalvas de ambos os lados. Foi relatado que Bashar havia emitido uma ordem de prisão caso seu tio tentasse retornar à Síria. No outro lado há rumores que Rif’at - apoiado pelo seu filho Sumar - manteve contato com a Irmandade Mulçumana Síria, numa tentativa de união para tirar Bashar do poder.

Como era de se esperar, a rápida ascensão de Bashar ao poder era alvo de críticas por todo o país, havia uma grande dúvida sobre sua capacidade de governar. Então como ele havia conseguido ser eleito? Primeiro deve ser reconhecido o sucesso de Hafez em eliminar qualquer outro concorrente para a presidência, Bashar era visto como a única opção. Era clara também a necessidade de uma rápida sucessão, sem brechas que poderiam levar à instabilidade do regime - o medo de disputas por poder dentro da elite governante era grande. Outros dois fatores são extremamente relevantes: Bashar era filho do seu pai, o filho escolhido por ele, o que legitimava o seu governo e o status de continuidade. Por último, não era tido como uma figura que pudesse ameaçar a elite do governo (ZISSER, 2006).

Bashar deixou claro no início que seguiria as linhas de governo de seu pai. Ele não buscava oferecer um modelo político alternativo, mas sim seguir com a tradição, implementando algumas mudanças relacionadas ao que ele se referia como “trazer a Síria para o século XXI” (ZISSER, 2006).

Em 2005 Bashar adota o slogan “social market”³⁰, essa tentativa de manter as linhas governamentais de seu pai, ao mesmo tempo que buscando novas bases de apoio falhou. Isso porque ele não possuía estratégias reais para implementar esse novo mercado.

²⁹ Em tradução livre: “Mudança com continuidade e estabilidade”.

³⁰ Em tradução livre: “mercado social”.

Ainda, Assad havia abandonado a ideologia Baatista, o que deixou um “vácuo” que não foi preenchido nem pelo neo-liberalismo nem pelo Islamismo.

Dentro do partido, Bashar inicialmente dividia o poder com a velha guarda que havia participado do governo do seu pai. No mesmo ano, 2005, Assad os retirou do poder, buscando eliminar aqueles que se opunham às suas reformas. O que aconteceu na verdade, foi um enfraquecimento de seu governo nenhum dos novos ministros e outros oficiais tinham experiência ou conhecimento para realizar o que ele desejava. Além de que nenhum deles queria assumir responsabilidade em estabelecer as reformas que o presidente desejava.

O que houve foi uma queda na qualidade da sua administração. Os salários públicos não eram altos o suficiente para a contratação de profissionais qualificados. Além das mudanças dentro do partido, para alcançar seus objetivos, Assad também cortou os financiamentos e os patrocínios dos sindicatos de camponeses e trabalhadores. Numa tentativa de consolidar-se dentro do regime que herdou, Bashar involuntariamente enfraqueceu sua capacidade de sustentar seu poder na sociedade.

Bashar al-Assad buscava reconciliar a integração da Síria na economia mundial com a identidade nacionalista árabe, que bloqueava o país num conflito com Israel e seus apoiadores do mundo ocidental. Seu projeto de liberalização econômica se deu inicialmente por meio de uma abertura para a Europa Oriental, mas foi rapidamente comprometido pelo colapso das relações pacíficas com Israel e com os EUA.

Para suprir suas necessidades, a Síria iniciou um processo de aproximação com o Iraque - aumentando seus ganhos na venda do petróleo iraquiano que passava pelo oleoduto entre os dois países. Com a invasão americana ao Iraque no ano de 2003, o regime ganhou legitimização nacionalista ao se posicionar contra os EUA - mas houveram grandes custos econômicos.

A potência americana impôs sanções à Síria, que dificultaram o acesso a investimentos e isolaram o país economicamente. Paradoxalmente, essa tentativa de isolamento, fez o país mais desesperado em busca de investimentos e acelerou o processo de abertura econômica. Novas leis abriram novas áreas para o investimento privado, reduziram os impostos, entre outras medidas.

Hinnebusch (2012) defende que a tentativa de evitar o isolamento e ter acesso a recursos significou que a política de um mercado social foi deixada de lado. A nova política era quase que completamente neo-liberal e tinha como prioridade a acumulação do capital e crescimento - sem se preocupar com distribuição equalitária da renda.

A responsabilidade por investimentos e empregos foi transferida para o setor privado, que era incapaz de suprir o que o declínio do setor público havia causado. Tradicionais organizações corporativistas foram substituídas por grupos empresariais. A ideia de reformar o setor público, no lugar de privatizá-lo, foi corrompida por interesses corruptos - os novos investimentos privados visavam apenas o seu lucro, e não reinvestir na indústria síria.

Essa liberalização das leis econômicas deteriorou o investimento produtivo a longo prazo na indústria e na agricultura e também o retorno de grande parte do capital expatriado sírio. A economia cresceu 5% em 2006 e 4% em 2007 e 2008, mas isso não era suficiente para proporcionar a quantidade de empregos necessárias para compensar os cortes nos setores públicos (HINNEBUSCH, 2012).

Assad conseguiu se reeleger em 2007 devido ao apoio da nova burguesia que havia se instaurado e estava se beneficiando do novo quadro econômico do país. A base social do regime foi descartada e os aspectos da corrupção estatal sobreviveram. A tributação diminuiu, as custas de cortes nos subsídios que mantinham cidadãos de baixa renda acima da pobreza extrema.

Em meados dos anos 2000, as reservas de petróleo da Síria estavam se esgotando, o que dava uma nova urgência à reforma. A primeira medida foi o subsídio ao combustível. Esses subsídios incentivaram a entrada de petróleo nos países vizinhos as custas do tesouro, mas reduzi-los também infligiria dificuldades a diversos setores da sociedade.

Os investimentos em saúde, educação e segurança social foram obstruídos e o governo tentava transferir suas responsabilidades para entidades privadas de caridade. A construção de escolas, universidades e hospitais privados foi extremamente incentivada, beneficiando o “novo rico” e deixando de lado a parte mais pobre da sociedade.

As expectativas em relação a Bashar na época que assumiu o governo eram bastante otimistas e apenas 11 anos depois a Síria se encontrava a beira do caos. De acordo com Perthes (apud HINNEBUSCH, 2012) isso se deu, em parte, pois o projeto de Assad era de “modernizar o autoritarismo”. Esse pensamento pôde ser encontrado também em outros países da região, utilizando-se do autoritarismo agora numa versão “neo-liberal”, buscando liberalização econômica e privatização. No caso de Assad, para benefício de uma pequena elite. Com as revoltas nos países árabes a partir de 2011, se pode inferir que os ganhos a curto prazo deste tipo de política podem levar a grandes problemas a longo prazo.

2.4 O INÍCIO DA PRIMAVERA ÁRABE

A Primavera Árabe ocorre num contexto onde as mídias - e principalmente as redes sociais - atingem um patamar de importância jamais visto antes. No início de 2011, iniciam-se levantes na Tunísia contra o governo. Neste país, os levantes na Tunísia ocorreram de forma mais desorganizada e espontânea, mas acabaram desencadeando uma onda que se espalhou por diversos países como Egito, Iêmen, Jordânia e também a Síria (ANDERSON, 2011).

As condições de pobreza e desemprego na Síria também estavam críticas. Assad havia focado na sua política externa, acabou negligenciando as vulnerabilidades domésticas do seu regime.

Em março de 2011, pequenos levantes na cidade de Daraa foram fortemente reprimidos com força bruta, o que causou grande repercussão e revolta da população. Os protestos, que eram de cunho pacífico e secular, começaram a se espalhar pelo país. A repressão governamental foi novamente militarizada, repetindo os parâmetros de tortura e prisão.

As bases sociais da oposição consistiam basicamente naquela população que havia sido completa ou parcialmente excluída do novo regime. Os intelectuais que outrora estiveram envolvidos na Declaração de Damasco, voltaram a ativa. As divisões que antes permitiam que o regime se mantivesse no poder, agora voltar a se unir. Porém, agora a iniciativa vinha das periferias e das pequenas cidades. Mas o que teria levado a população a se unir agora? Para Hinnebusch (2012):

The intimate linkage of the Arab states in a single ‘public space’ magnified the ‘demonstration effect’ of the Arab Spring that had started in Tunisia; similar neo-liberal development strategies and authoritarian upgradings across the region had produced similar sources of grievance, from self-aggrandizing ruling families to the impoverishment of the masses and violations of dignity by security forces unconstrained by law, all resonating regionally, amplified by satellite TV. Moreover, the overthrow of presidents elsewhere showed the potential of mass protests; and once it became apparent that the Syrian regime could not quickly suppress them, others were encouraged to join in. (HINNEBUSCH, 2012)³¹

³¹ Em tradução livre: “A ligação dos estados árabes em um único “espaço público” ampliou o efeito de demonstração da Primavera Árabe, que começou na Tunísia; estratégias de desenvolvimento neoliberal similares e revalorizações autoritárias em toda a região produziram fontes similares de queixas, de engrandecimento das famílias governantes e o empobrecimento das massas e violações da dignidade por forças de segurança restritas por lei, tudo isso ressoando regionalmente, ampliado pela TV via satélite. Além disso, a derrubada de presidentes em outros lugares, demonstrou o potencial dos protestos das massas; e uma vez que tornou-se aparente que o regime sírio não conseguiu suprimi-los rapidamente, outros foram encorajados a participar”.

As grandes cidades, como Damasco e Aleppo, se mantiveram adormecidas nos primeiros meses dos levantes - enquanto seus subúrbios eram grandes focos da revolta. As classes médias das duas cidades inicialmente viam Bashar como um reformador e, apesar de não apoiarem a violência com a qual o governo reprimia os protestantes, preferiam uma democratização pacífica. Temiam instabilidade a perda do seu novo estilo de vida modernizado.

O governo, após suas respostas brutais iniciais, começou também a utilizar-se de outros métodos como meio de parar - ou ao menos frear - os protestos. Assad revogou o estado de emergência - que foi declarado pela primeira vez em 1962 e implementado no primeiro golpe do Partido Ba'ath em 1963 - apesar disso, as forças de segurança estatais continuaram utilizando-se de violência impunemente. Aumentou o salário de funcionários públicos, concedeu cidadania para os Curdos e o parlamento sírio aprovou uma lei permitindo a existência de novos partidos de oposição. Ainda assim, se recusava a conceder uma democratização concreta como uma maneira legítima de sair da crise - ou até mesmo aceitar a oposição como legítima.

Essas medidas tomadas por Assad, que antes poderiam ter tido grandes repercussões, tiveram pouco ou quase nenhum impacto. A situação já estava crítica demais. Opositores do regime continuaram rejeitando as pequenas reformas e pedindo pela saída do presidente.

Diferentemente do que havia acontecido nos anos 1980, a tecnologia agora permitia a exposição da violência gratuita deferida pelo governo contra os protestantes. Colocando em pauta a legitimidade do regime e aumentando as demandas pela saída de Assad.

A escalada dos protestos trouxe também a violência - em parte como resposta a violência instaurada pelo governo. Grupos extremistas também passaram a integrar os protestantes, e a elite governante se aproveitou da situação, exagerando a violência que acontecia nos protestos, para desacreditar a oposição.

Enquanto inicialmente não haviam lideranças unificadas que poderiam tornar-se alternativas ao regime, diversos comitês de coordenação começaram a surgir. Seguindo o modelo utilizado na Líbia e com o apoio do ocidente, surge o Conselho Nacional Sírio (SNC), em agosto de 2011. Os laços internacionais que a Irmandade Muçulmana tinha os ajudou na criação do conselho

Os grupos de oposição consistiam basicamente em pessoas de esquerda, liberais secularistas e Muçumanos conservadores. Os Comitês de Coordenação Locais (LCC)

cresciam quase que espontaneamente, na maioria das cidades, jovens criavam grupos não afiliados à oposição tradicional.

O LCC na Síria não tinha líderes, ideologia comum ou um plano político - mesmo que de curto prazo. Se uniam em torno da necessidade de derrubar Assad, ter eleições livres e estabelecer um sistema parlamentarista com liberdades civis.

Além do LCC, haviam também aqueles que podem ser chamado de “oposição oportunista”. Inicialmente não apoiavam os levantes, mas, com o tempo e a percepção de que Assad provavelmente seria derrotado, passaram a fazer parte da oposição.

A transição dos protestos pacíficos para lutas armadas foi gradual. Forças de segurança do governo passaram a vigiar mesquitas nas sextas-feiras durante a tarde; qualquer tentativa de protesto era rápida e violentamente dispersada. Em julho de 2011, foi criado o Free Syrian Army (FSA), formado por desertores do exército de Assad. Ambos os lados começaram a participar de assassinatos de alvos específicos, no intuito de desestabilizar o seu inimigo.

Meses após o início da revolta, a quebra dentro do regime (particularmente no exército) que a oposição esperava, não tinha acontecido. Houveram alguns desertores (como citado acima), mas o fato de que oficiais do alto nível continuavam apoiando o governo demonstrava que ainda existia a crença que o regime sobreviveria.

Em novembro, grandes cidades da Síria - como a capital Damasco - haviam virado verdadeiros cenários de guerra. O conflito armado havia substituído as demonstrações pacíficas, e a liderança política dos levantes também mudou. O Islã Político entra na jogada e começa a se delinear uma guerra civil.

Cabe uma pequena explicação acerca do Islã Político e diferenciá-lo da religião islâmica. Erlich (2014) explica o Islã Político como líderes oportunistas que buscam o poder se utilizando de passagens do Alcorão, mas com ações completamente anti-islâmicas.

A Irmandade Muçulmana, que por anos foi o grupo mais influente de oposição na Síria, teve pouca expressividade neste início - chegou até a ser contra os levantes, pois afirmava que falhariam. A maior parte dos seus líderes estavam presos ou haviam sido exilados durante a década de 1980 e a forte repressão característica de Assad pai. Ainda, e muito por conta disso, a Irmandade não estava muito ligada a geração jovem, que teve protagonismo nestes processos.

Quando os protestos ganharam força, publicaram uma cartilha que tinha por objetivo demonstrar que poderiam governar a Síria. Seu líder na época era Ali Sadreddine

al-Bayanouni, apesar de manter algumas visões conservativas - quando se tratava sobre álcool, direito das mulheres - ele era tido como, de certa forma, uma pessoa moderna. Nesse documento, advogavam por um Estado Civil eleito, um sistema político pluralista e eram contra qualquer discriminação baseada em religião.

Com as condições em contínua mudança, grupos armados começaram a surgir e ganhar força. Um importante ator foi o Free Syrian Army, já citado anteriormente, que teve início em julho de 2011. O FSA tornou-se a mão armada do SNC (e o grupo que o sucedeu a Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias), tinha apoio dos EUA, Arábia Saudita e do Qatar.

Inicialmente o FSA teve algum sucesso, capturando algumas cidades importantes, mas sempre encontrou dificuldades de obter apoio popular. Erlich (2014) comenta que quando grupos ultraconservadores ganharam força, o FSA perdeu. Em 2012, começou a enfrentar uma crise devido à falta de armamentos. Os turcos e a CIA criaram um centro de controle em Istambul na tentativa de direcionar armas para os grupos que tinham seu apoio.

Em dezembro de 2012, anunciou a formação do Supremo Conselho Militar (SMC), numa tentativa de coordenar todas as milícias na Síria. Seu líder tinha grande aproximação com os Estados Unidos e possuía o perfil que os americanos desejavam - era de origem militar, se opunha a rebeldes extremistas e prometia eleições livres. O SMC falhou na sua missão de ser um comando geral e acabou tornando-se apenas mais um grupo.

Um outro grupo que vale a pena ser citado é o Jaysh al-Islam (Exército do Islã), formado em 2013, uniu algumas pequenas milícias, a grande maioria nos arredores de Damasco. Seu líder, Zahran Alloush, havia sido solto da prisão no início dos levantes, junto com outros presos políticos ultraconservadores. Al-Islam recebia fundos da Arábia Saudita, seus líderes afirmavam estar executando os princípios do Islã. As decisões eram tomadas por especialistas na Lei Islâmica - era um dos grupos extremistas que afirmavam que a Síria estava sendo tomada pelo Irã e por muçulmanos xiitas.

Al-Islam, unido a outros grupos extremistas, foi responsável por grandes massacres da população civil - principalmente drusos, alauítas e outras minorias. Ao fim de 2013, al-Islam se uniu a outros grupos extremistas, como o al-Sham (buscava estabelecer um Estado Islâmico Sunita) e formaram a Frente Islâmica. Esta Frente opunha-se a Bashar al-Assad, mas também a outros grupos de oposição, como o SMC e o FSA. A Frente Islâmica era contra um sistema parlamentarista representativo, baseados

na afirmação “apenas Deus é soberano”³². Em 2014 já havia se tornado uma das mais fortes alianças de oposição.

O grupo mais extremista - e mais conhecido - é o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS). O grupo, inicialmente apoiado pela Al-Qaeda, teve início em 2007 no Iraque, como parte um movimento de extrema direita que se opunha à ocupação americana no país e buscava a formação de um Estado Islâmico.

Foi derrotado pelos Estados Unidos entre 2007 e 2008. Os EUA deixaram o Iraque em 2011, e em 2012 ganham força os conflitos armados na Síria. O grupo que antes se intitulava Al-Qaeda in Iraq (ISI), mudou seu nome para ISIS.

O ISIS se fundiu com um grupo chamado al-Nusra em abril de 2013, formando um dos maiores grupos político e militares da Síria. Ambos apoiavam um Estado Islâmico transnacional governado por uma interpretação rígida da Lei Islâmica.

Em 2014, ISIS junto com aliados sunitas, dominaram a cidade de Mosul no Iraque e diversos outros pontos perto das fronteiras com a Síria e a Jordânia. Após isso, mudaram de nome novamente para Estado Islâmico (IS) e declararam a existência de um califado islâmico que ia da Síria até o Iraque.

De junho de 2013 até agosto de 2015, o número de mortes na Síria divulgado pelas Nações Unidas pulou de 90.000 pessoas para 250.000³³. A revolta armada tomou grandes proporções desde o seu início. Os secularistas moderados, neste momento, foram superados numericamente pelos islamistas e jihadistas.

Como já citado, os refugiados sírios constituem o maior grupo de uma única origem dentre a população de refugiados ao redor do globo - isto devido à situação crítica que desenvolveu-se durante a guerra civil. Com a crise migratória se tornando cada vez mais grave e evidente para todas as nações, gerou-se um desconforto no cenário político. Os países, principalmente os mais desenvolvidos, encontravam-se num cenário onde era esperado deles que absorvessem uma parcela desta população. Contudo, o que se viu foi que nem todas as nações foram tão receptivas assim a esta população. Desta forma, iremos analisar, neste último capítulo, um contexto específico: duas políticas públicas alemãs voltadas ao acolhimento de refugiados sírios.

³² Erlich (2014).

³³ Em <http://syriancivilwarmap.com/background/>

3. GÊNERO, MULHERES REFUGIADAS E A DIFICULDADE DE INTEGRAÇÃO: POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO NA ALEMANHA

3.1 A RELAÇÃO DA ALEMANHA COM O ESTRANGEIRO

Para pensar no refugiado sírio vivendo na Alemanha na atualidade, julga-se importante realizar um recorte histórico da figura do estrangeiro na sociedade alemã. Para tal, iremos iniciar no período de pós-guerra, que neste país foi um de intenso fluxo migratório.

Schunck (2014) explica algumas ondas de imigração. Nas décadas de 1950 e 1960, período imediato de pós-guerra no qual o país necessitava reconstruir-se - o que demandava mão-de-obra em largas quantidades - a Alemanha optou por recrutar, para atender à demanda de suas indústrias, trabalhadores estrangeiros, pois a população alemã, por si só, não era capaz de fornecer toda a força de trabalho necessária.

Nas décadas seguintes (1960 e 1970) houve uma desaceleração econômica, fato este que acarretou no aumento da taxa de desemprego do país e conseqüentemente reduziu a necessidade de trabalhadores estrangeiros. Desta forma, o país parou de convocar oficialmente imigrantes no ano de 1973. Contudo, é importante frisar que mesmo sem o apoio do governo alemão, a entrada de estrangeiros no Estado alemão não foi interrompida - o fluxo foi diminuído e desregularizado. O que caracterizou este momento do fluxo migratório foram os reencontros familiares daqueles que haviam sido forçados a permanecer nos países de origem àqueles que conseguiram escapar da situação de risco na qual se encontravam.

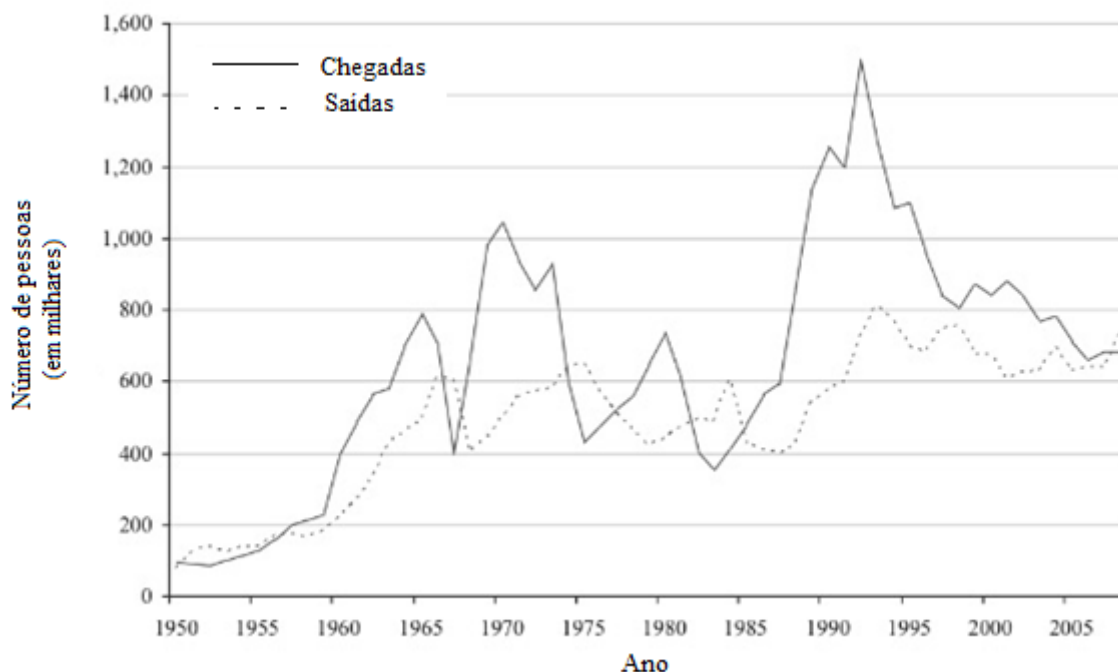
O último grande fluxo migratório ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, devido, em grande parte, ao colapso da União Soviética e ao Pacto de Varsóvia. Após a dissolução da União Soviética, houve um aumento no número de refugiados de diversos países do bloco, em especial a Iugoslávia, que fugiam de conflitos étnicos em sua nação. O gráfico abaixo coloca em perspectiva o número de emigrante e imigrantes no Estado alemão durante o período de 1950 a 2005.

Desta forma, pode-se perceber que o imigrante foi um grupo presente ao longo da reconstrução da potência alemã, o que demonstra que a população nativa convive com imigrantes desde o período do pós-guerra (por mais que o fluxo venha se intensificado nos últimos anos).

Como exemplo da presença de imigrantes na constituição da população alemã, traz-se o dado de que, em 2009, antes do início dos conflitos na Síria, aproximadamente

19.2% da população alemã tinha origem direta ou indireta com imigrantes. Mais da metade dessa população já havia conseguido a cidadania alemã (SCHUNK, 2014).

Gráfico 1: Comparação entre imigrantes e migrantes na Alemanha (em milhares)



Fonte: Schunck (2014, p.181)

O eixo y representa o número de imigrantes (em linha contínua) e de emigrantes (em linha pontilhada) na Alemanha ao longo dos anos. Percebe-se uma grande queda no número de imigrantes por volta de 1973, quando o governo alemão deixou de contratar mão-de-obra estrangeira.

Como foi discutido acima, a Alemanha implantou programas de admissão humanitária na década de 1950 - especificamente em 1956 (BITTERWOLF & BARAULINA, 2016). Inicialmente, eles eram implementados de forma esporádica e de acordo com a necessidade, mas a partir de 1990 vêm sendo executados regularmente.

No ano de 2016 houve um aumento drástico na quantidade de refugiados na Alemanha. A população aumentou de 316 mil pessoas, em 2015, para 669.500 em 2016. Desses 669.500, mais da metade eram sírios (375.100).³⁴

O principal país de origem dos refugiados de 2016 foi a Síria, com 5.5 milhões (um aumento de 600 mil em relação ao ano anterior). Os países vizinhos abrigam a maior

³⁴ Em <http://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5943e8a34/global-trends-forced-displacement-2016.html>

parte desta população; fora desta região, a Alemanha é o país com a maior população de refugiados sírios - o segundo maior é a Suécia, com aproximadamente 97 mil.³⁵

Em 2016, a Alemanha teve um total de 722.400 de solicitações de asilo - mantendo a posição de 1º lugar pelo segundo ano consecutivo. Os solicitantes sírios configuravam um total de 266.300, sendo o maior grupo dentro do total.

Um dos melhores exemplos desses programas é o HAP Syria (Humanitarian Admission Programme). Por este programa, entre os anos de 2013 a 2015, 20.000 sírios conseguiram entrar na Alemanha³⁶. Vale ressaltar que antes do início do conflito a população síria vivendo na Alemanha era de aproximadamente 40.000 pessoas³⁷.

As admissões através do HAP normalmente são de natureza temporária. A intenção é de que o imigrante fique na Alemanha durante o período de crise, guerra ou outras condições de risco do seu país de origem. As pessoas contempladas por esse programa recebem a permissão de residência por 2 anos – com possibilidade de renovação.

Além do HAP Syria, desde 2013 foram desenvolvidos programas adicionais de admissão com foco principalmente para a população síria em situação de vulnerabilidade. Esses programas são conhecidos como “Private sponsorship”³⁸ e foram implementados em 15 dos 16 estados federais.

As pessoas contempladas por este programa são cidadãos alemães e sírios - que estejam vivendo na Alemanha por mais de um ano – e desejam trazer familiares sírios que estejam buscando proteção na Alemanha. Os “sponsors” devem estar preparados para custear tanto o trajeto quanto a estadia no país. A residência oferecida é de até 2 anos, também com possibilidade de renovação.

Com o avanço do programa de Private Sponsorship, alguns estados - e em seguida todos os participantes - passaram a diminuir as responsabilidades dos “sponsors” com alguns custos, como com doenças e gravidez. Ainda, diminuíram também o comprometimento do “sponsor”, que inicialmente era de 5 anos, para 3 anos, nos casos mais antigos³⁹.

³⁵ Mesmo que 34.

³⁶ Disponível em [https://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/EN/Publikationen/EMN/Studien/wp68-emnresettlement-humanitaere-aufnahme.pdf?_blob=publicationFile](https://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/EN/Publikationen/EMN/Studien/wp68-<u>emnresettlement-humanitaere-aufnahme.pdf?_blob=publicationFile</u>)

³⁷ Em <http://www.resettlement.eu/country-situation-syria/germany>

³⁸ Tradução livre: “Patrocínio privado”

³⁹ Mesmo que 34 e 35.

Esses e outros programas de admissão colocados em prática pelo governo alemão permitiram - e permitem - a entrada de muitos grupos em situação de risco no país. Ao longo do capítulo serão explicadas mais a fundo os dois programas citados acima: HAP Syria e Private Sponsorship for Syrians.

3.2 HAP SYRIA

O “Admission Programme for Beneficiaries of Protection from Syria, its Neighbouring Countries, Egypt and Libya”⁴⁰ esteve em vigor entre os anos de 2013 e 2015. No primeiro ano, em março, foi decidido que seriam acolhidos 5.000 refugiados sírios em situação de extrema vulnerabilidade por tanto tempo quanto durasse o conflito.

Em dezembro do mesmo ano foi lançado o HAP Syria 2, com uma cota de mais 5.000 refugiados. No meio do ano seguinte, o HAP Syria 3 acolheu 10.000 refugiados sírios. Todos os beneficiados pelo programa receberam permissão de residência através da Seção 23, incisos 2 e 3 e Seção 24 do “Residence Act”, que permite que exerçam atividades econômicas.

A Seção 23 trata de concessão de residência pelas autoridades supremas, admissão especial quando se aplicam interesses políticos especiais e o reassentamento de pessoas em busca de proteção⁴¹. Os incisos 2 e 3 dizem o seguinte

(2) In order to safeguard special political interests of the Federal Republic of Germany, in consultation with the supreme Land authorities the Federal Ministry of the Interior may order foreigners from specific states or certain categories of foreigners defined by other means to be granted approval for admission by the Federal Office for Migration and Refugees. No preliminary proceedings shall take place pursuant to Section 68 of the Code of Administrative Court Procedure. The foreigners concerned shall be issued with a temporary residence permit or permanent settlement permit, in accordance with the approval for admission. The permanent settlement permit may be issued subject to a condition restricting the permissible place of residence. The temporary residence permit shall entitle the holder to pursue an economic activity.

(3) The order may provide for Section 24 to be applied mutatis mutandis, either in part or in its entirety.⁴²

⁴⁰ Em tradução livre: “Programa de Admissão para Beneficiários de Proteção da Síria, seus Países Vizinhos, Egito e Líbia”.

⁴¹ Em https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_aufenthg/englisch_aufenthg.html.

⁴² Mesmo que 41. Em tradução livre: “(2) A fim de salvaguardar os interesses políticos especiais da República Federal da Alemanha, em consulta com as autoridades do poder supremo, o Ministério Federal do Interior pode ordenar que estrangeiros de estados específicos ou certas categorias de estrangeiros, definidos por outros meios, sejam aprovados para admissão pelo Escritório Federal de Migração e Refugiados. Nenhum processo preliminar deve ocorrer de acordo com a Seção 68 do Código de

A Seção 24 trata da concessão de residência para proteção temporária

- (1) A foreigner who is granted temporary protection on the basis of a resolution by the Council of the European Union pursuant to Directive 2001/55/EC and who declares his or her willingness to be admitted into the federal territory shall be granted a temporary residence permit for the duration of his or her temporary protection as assessed in accordance with Articles 4 and 6 of said directive.
- (2) No temporary protection shall be granted if the conditions stipulated in Section 3 (2) of the Asylum Act or Section 60 (8), sentence 1 apply; the temporary residence permit shall be refused.
- (3) The foreigners pursuant to subsection 1 shall be allocated to the various Länder. The Länder may agree quotas for admission to grant temporary protection and for allocation. Allocation to the various Länder shall be carried out by the Federal Office for Migration and Refugees. In the absence of any divergent allocation basis agreed between the Länder, the allocation basis stipulated for the allocation of asylum seekers shall apply.
- (4) The supreme Land authority or the body appointed by the same shall pass an allocation ruling. The Land governments are authorised to regulate allocation within the Länder via statutory instruments, and may assign this authorisation to other bodies via statutory instruments; Section 50 (4) of the Asylum Act shall apply mutatis mutandis. The allocation ruling shall not be contestable. Any legal actions shall have no suspensory effect.
- (5) The foreigner shall have no entitlement to stay in a specific Land or a specific place. He or she shall take up his or her accommodation and ordinary residence at the place to which he or she is allocated in accordance with subsections 3 and 4.
- (6) Self-employment must not be excluded. The pursuit of an economic activity with employee status shall be subject to Section 4 (2).
- (7) The foreigner shall be provided with written notification of the rights and obligations pertaining to the temporary protection in a language which he or she is able to understand.⁴³

Procedimento do Tribunal Administrativo. Os estrangeiros em causa receberão uma autorização de residência temporária ou autorização de liquidação permanente, de acordo com a aprovação para admissão. A autorização de liquidação permanente pode ser emitida sujeita a uma condição que restringe o local de residência admissível. A autorização de residência temporária deve **autorizar o titular a exercer uma** actividade económica.(3) O pedido pode prever que a Seção 24 seja aplicada mutatis mutandis, tanto na parte como na totalidade.

⁴³ Mesmo que 41 e 42. Em tradução livre: “(1) O estrangeiro que recebe uma proteção temporária com base numa resolução do Conselho da União Europeia nos termos da Directiva 2001/55 / CE e que declara a sua vontade de ser admitida no território federal será concedida uma autorização temporária de residência durante a duração da sua protecção temporária avaliada em conformidade com os artigos 4.º e 6.º da referida directiva.(2) Não é concedida qualquer protecção temporária se forem aplicáveis as condições estipuladas na Secção 3 (2) da Lei de Asilo ou na Secção 60 (8), frase 1; o título de residência temporária será recusado.(3) Os estrangeiros nos termos da subsecção 1 devem ser alocados aos vários Länder (Estados federais). Os Länder podem acordar quotas de admissão para conceder protecção temporária e alocação. A atribuição aos vários Länder será realizada pelo Escritório Federal para as Migrações e os Refugiados. Na ausência de qualquer base de alocação divergente acordada entre os Länder, a base de alocação estipulada para a atribuição de requerentes de asilo deve ser aplicada.(4) A autoridade suprema da Terra ou o organismo designado pelo mesmo aprovará uma decisão de alocação. Os governos do Land estão autorizados a regular a alocação nos Länder por meio de instrumentos legais e podem atribuir essa autorização a outros órgãos por meio de instrumentos legais; O Artigo 50 (4) da Lei de Asilo aplica-se mutatis mutandis. A decisão de alocação não pode ser contestada. Qualquer ação judicial não terá efeito suspensivo.(5) O estrangeiro não tem direito a permanecer em um território específico ou em um lugar específico. Ele ou ela deve ocupar o seu alojamento e residência ordinária no local onde ele ou ela é alocada de acordo com as subsecções 3 e 4.(6) O trabalho por conta própria não deve ser excluído. O exercício de

Para ser admitido no programa não era necessário ter o status de refugiado reconhecido pela ACNUR. Os interessados no programa deveriam registrar-se ou com a ACNUR ou com a organização Carita Líbano, ambas situados no Líbano. Em casos mais específicos, refugiados também foram admitidos por meio de missões diplomáticas alemãs.

O Ministério Federal do Interior, em consulta com os Ministérios do Interior dos Estados Federais são os responsáveis pelas questões administrativas e provisões legais. Uma delegação formada por membros do Ministério Federal do Interior, do Ministério das Relações Exteriores, da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), do Escritório Federal para Migração e Refugiados e também representantes dos Estados viajaram para o Líbano e Jordânia para preparar as admissões do HAP 1.

Para o HAP Syria 1, a ACNUR no Líbano e a ONG Caritas, também no Líbano, foram as principais responsáveis por identificar pessoas que atendiam os critérios de admissão. As missões diplomáticas alemãs em outros países da região também podiam identificar e indicar pessoas a serem admitidas pelo programa. Após a identificação, essas agências enviavam as listas com as pessoas indicadas para o Escritório Federal para Migração e Refugiados.

No caso do HAP Syria 2 e 3, além da ACNUR, os Estados federais também eram responsáveis por indicar pessoas - uma declaração de comprometimento e promessa de suporte deveria ser dada por parentes residentes na Alemanha. Em casos especiais o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério Federal do Interior também podiam realizar indicações.

Na primeira versão do programa, dos 5.000 admitidos, 3.000 foram selecionados por meio da ACNUR e Caritas Líbano e 2.000 pelas missões diplomáticas alemãs. Na segunda, 1.000 pessoas foram aceitas pelo Escritório Federal para Migração e Refugiados que haviam sido pré-selecionadas pela ACNUR; 3.500 pelas sugestões dos Estados federais e 500 pelas proposições conjuntas do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério Federal do Interior. No HAP Syria 3, o Escritório Federal para Migração e Refugiados selecionaram 7.000 pessoas das proposições feitas pelos Estados Federais, 2.000 pela ACNUR e o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério Federal do Interior, 500 cada.

uma atividade econômica com status de funcionário estará sujeito à Seção 4 (2).(7) O estrangeiro deve receber uma notificação por escrito dos direitos e obrigações relativos à proteção temporária em uma língua que ele ou ela possa entender.”

Esse programa não exigia entrevistas com os candidatos - a ACNUR especificamente realizava um processo de entrevistas pessoais no processo de pré-seleção - e as triagens de segurança eram feitas pelas autoridades responsáveis durante o processo de emissão do visto. Como a pessoa admitida pelo programa entraria no país por meio de um visto, um pré-requisito era um passaporte válido. O programa contava também com a participação da Organização Internacional de Refugiados (IOM). A IOM realizou as triagens de saúde (raios-x, exames de sangue e estado geral de saúde) nos candidatos submetidos pela ACNUR. Caso houvesse algum problema de saúde, o governo alemão se assegurava de tomar as medidas necessárias específicas em cada caso previamente à chegada do refugiado ao país.

A IOM foi responsável por organizar o deslocamento das pessoas que adentravam o programa por meio da ACNUR - o restante dos refugiados deveria se organizar de forma independente. Ainda, a IOM também dispunha de informações prévias a entrada na Alemanha concernentes ao status de residência, acomodação, educação de crianças e adolescentes, entre outros.

Os refugiados que eram selecionados por meio da ACNUR também recebiam orientação cultural. A ACNUR e a IOM proviam uma média de 20 aulas por pessoa com assuntos relacionados à situação política e história.

A decisão final de admissão era realizada pelo Escritório Federal para Migração e Refugiados e se baseava nas propostas e dados submetidos pelos atores envolvidos. As autoridades sírias também estavam envolvidas, pois tinham de emitir uma permissão de saída para os indivíduos aceitos no programa.

Os critérios de seleção variaram entre as 3 fases do programa. No primeiro, a maior prioridade era por questões humanitárias, em seguida vinham os laços (familiares ou não) com a Alemanha e por último se analisava a habilidade pessoal de realizar contribuições na reconstrução da Síria após o fim do conflito. Já nas duas últimas versões, a principal prioridade eram os laços com a Alemanha, enquanto as questões humanitárias vinham em segundo e as habilidades pessoais continuaram como terceiro critério.

Os laços com a Alemanha ganhavam ainda maior prioridade se fossem acompanhados de declarações ou promessa de assistência e acomodação de alguma pessoa que residisse na Alemanha. Considerações e atenção especiais eram dadas às mulheres em situações precárias, crianças em situação de vulnerabilidade (juntamente com sua família o guardião legal).

Eram excluídos do processo de seleção automaticamente: pessoas que haviam sido sentenciadas por atos considerados crimes na constituição alemã e pessoas que tinham ligações com organizações criminosas.

Após todo o processo de admissão e aceitação no programa, havia um apoio na chegada ao país. Os refugiados que vinham em grupos por meio da ACNUR eram inicialmente estabelecidos em centros de recepção nas cidades de Friedland e Bramsche, onde eram preparadas aplicações para benefícios sociais - a estadia máxima nos centros era de duas semanas.

Ainda nos centros de recepção, diversas instituições de caridades estavam a postos oferecendo aconselhamento gratuito aos recém-chegados. Um curso intitulado “A guide to Germany”, com duração de 5 dias, era ministrado e incluía aulas de alemão básico e informações sobre a vida na Alemanha. Para as crianças haviam creches e cursos preparatórios para que se capacitassem para entrar nas escolas. Todos os custos com acomodação e subsistência nos centros de recepção eram cobertos pelo governo.

Após a estadia nos centros de recepção, os refugiados eram levados para os chamados “host locations”⁴⁴. Ali continuavam recebendo apoio dos chamados “Counselling Units of the Migration Services for Adults Immigrants and those for Young Immigrants”⁴⁵ ou pelas unidades de suporte social para refugiados nas comunidades. Esse apoio incluía ações como abrir uma conta num banco, preencher o formulário para receber o título de residência e registrar-se para o seguro de saúde. Crianças em idade escolar eram direcionadas para creches ou escolas, de acordo com sua idade. Aconselhamento vocacional também estava disponível nas agências de emprego regionais.

Aproximadamente um terço de todos os refugiados admitidos pelo HAP Syria ficaram acomodados inicialmente nos centros de recepção. O restante era acomodado por parentes ou instituições nos municípios anfitriões. Os recém-chegados recebiam toda documentação necessária para viver na Alemanha, e também um documento específico para estrangeiros que permitia viagens.

A região onde se estabeleceriam era designada pelo Escritório Federal para Migração e Refugiados - caso não tivessem parentes no país. Mas possuíam completa liberdade para transitar e visitar todas as regiões da Alemanha.

⁴⁴ Em tradução livre: “lugares anfitriões”.

⁴⁵ Em tradução livre: “Unidades de Aconselhamento de Serviços de Migração para Adultos Imigrantes e para Jovens Imigrantes”

Após a entrada do refugiado, somente seriam permitidos que parentes fossem admitidos em casos excepcionais. Seja por razões de leis internacionais nos casos de ajuda humanitária ou devido a interesses políticos do governo alemão.

Caso desejassem adquirir a cidadania alemã, deveriam seguir os mesmo passos que qualquer outro estrangeiro, que são: serem capazes legalmente (maiores de 16 anos) ou possuírem representação legal; confirmar seu comprometimento com o sistema constitucional alemão; ter residido legalmente no país por no mínimo oito anos; ter recebido o direito permanente de residência; serem capazes de assegurar sua própria subsistência; não terem sido sentenciados por ofensas criminais. Não eram obrigados a abrir mão da sua nacionalidade originária.

Como já foi explicado, o governo cobre todos os custos relativos ao processo de admissão e transporte dos refugiados - a não ser que viagem separadamente - despesas com cuidados médicos, caso sejam necessárias, até a sua chegada nas municipalidades anfitriãs, e relativas às duas semanas iniciais nos centros de recepção. Para isso, foram disponibilizados pelo governo federal os seguintes orçamentos: €4.779.000,00 no ano de 2013, €5.455.000,00 no ano de 2014 e €1.813.000,00 no ano de 2015.

No próximo tópico serão discutidos os programas de admissão de patrocínio privado para beneficiários sírios de proteção. Enquanto no HAP Syria, todos os custos eram cobertos pelo governo, o seguinte programa busca facilitar que cidadãos alemães ou sírios que residam na Alemanha possam reunir suas famílias, tirando seus familiares da situação de risco que se encontram e trazendo para a segurança em território alemão.

3.3 PROGRAMAS DE ADMISSÃO DE PATROCÍNIO PRIVADO PARA BENEFICIÁRIOS SÍRIOS DE PROTEÇÃO

Esse programa teve início também em 2013, apesar de ter sido finalizado nos anos seguintes em alguns estados, outros continuaram com programa até o fim de 2016. Até o final do ano de 2015, 21.500 pessoas receberam vistos para entrar na Alemanha por meio deste programa⁴⁶.

Inicialmente, as pessoas que podiam se candidatar como “patrocinadores” eram cidadãos alemães e sírios que tivessem vivido na Alemanha por mais de um ano inteiro e buscam trazer familiares sírios em necessidade de proteção para o país. Os patrocinadores

⁴⁶ Disponível em: https://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/EN/Publikationen/EMN/Studien/wp68-emn-resettlement-humanitaere-aufnahme.pdf?__blob=publicationFile

deviam se responsabilizar por todos os custos de deslocamento e estadia. As admissões neste programa se baseiam na Seção 68 do “Residence Act”:

(1) Anyone who has provided the foreigners authority or a diplomatic mission abroad with a declaration of commitment to bear a foreigner’s living expenses shall be required for a period of five years to reimburse all public funds which are expended to cover the foreigner’s living expenses, including the provision of living space, medical care in case of illness and any required nursing care, and including any such expenditure which is based on a legal entitlement of the foreigner. Expenses which are based on the payment of contributions shall not require reimbursement. The period referred to in sentence 1 shall begin to run upon the foreigner’s entry which was enabled by means of the declaration of commitment. The declaration of commitment shall not expire before the expiry of the period of five years from the foreigner’s entry upon a residence title being granted pursuant to Part 5 of Chapter 2 or upon recognition being given pursuant to Section 3 or Section 4 of the Asylum Act.

(2) The declaration of commitment pursuant to subsection 1, sentence 1 must be furnished in writing. It shall be enforceable in accordance with the Administrative Enforcement Act. The public body which has expended the public funds shall be entitled to the reimbursement.

(3) The diplomatic mission abroad shall notify the foreigners authority without delay of a declaration of commitment pursuant to subsection 1, sentence 1.

(4) On obtaining knowledge of the expenditure of public funds to be reimbursed pursuant to subsection 1, the foreigners authority shall notify forthwith the public body which is entitled to the reimbursement as to the declaration of commitment pursuant to subsection 1, sentence 1, and shall furnish said body with all the information necessary for the purposes of asserting and enforcing the reimbursement claim. The recipient may only use the data for the purposes of reimbursement of the public funds expended for the foreigner and the refusal of further payments.⁴⁷

⁴⁷ Mesmo que 41, 42 e 43. Em tradução livre: “(1) Qualquer pessoa que tenha fornecido a autoridade estrangeira ou uma missão diplomática no exterior com uma declaração de compromisso de suportar os gastos de subsistência de um estrangeiro será exigida por um período de cinco anos para reembolsar todos os fundos públicos que são gastos para cobrir as despesas de subsistência do estrangeiro, incluindo a provisão de espaço de vida, cuidados médicos em caso de doença e qualquer assistência de enfermagem necessária, e incluindo qualquer despesa que se baseie em um direito legal do estrangeiro. As despesas com base no pagamento das contribuições não exigem o reembolso. O período referido na frase 1 deve começar a correr sobre a entrada do estrangeiro, que foi habilitada através da declaração de compromisso. A declaração de compromisso não expira antes do termo do período de cinco anos a partir da entrada do estrangeiro após a concessão de um título de residência de acordo com a Parte 5 do Capítulo 2 ou após o reconhecimento ser dado de acordo com a Seção 3 ou a Seção 4 da Lei de Asilo.(2) A declaração de

O principal motivo para a criação do programa, além das razões humanitárias, foi a questão dos laços familiares. O Ministro do Interior do Estado de Baden-Württemberg explicou que o programa era uma resposta às preocupações de grande parte da população síria vivendo na Alemanha que gostariam de poder ajudar parentes a escapar de uma situação de perigo (Baden-Wuerttemberg de 2014 apud GROTE; BITTERWOLF; BITTERWOLF, 2016).

O único estado alemão a não participar do programa foi a Bavaria, que alegou não ter condições de receber mais pessoas além das que já estavam sendo acolhidas por meio do HAP Syria e casos específicos individuais.

Durante o curso do programa, alguns estados passaram a requerer que além do patrocinador ter vivido no país por 1 ano, ele tivesse residido no mesmo estado por pelo menos 6 meses.

A ligação familiar é um pré-requisito na maior parte dos estados. Cônjuges, parentes de primeiro grau (pais e filhos) e parentes de segundo grau (avós, netos ou irmãos), junto com seus cônjuges e filhos poderiam ser admitidos.

Após o início do programa, estados começaram a excluir custos da declaração de comprometimento exigida, para diminuir a responsabilidade financeira dos patrocinadores. Em julho de 2014, os ministros e senadores decidiram acatar a proposta do Ministro do Interior da Federação onde os estados que adotassem um programa de admissão deveriam custear as despesas médicas.

Os grupos-alvo do programa eram sírios e também pessoas sem Estado que tivessem vivido na Síria por no mínimo 3 anos (que tiveram que fugir dos seus países por conta de guerras civis) ou em países vizinhos à Síria.

Da mesma forma que o HAP Syria, não há a necessidade de ter o status de refugiado reconhecido pela ACNUR e pessoas que haviam sido condenadas por atos considerados crimes na Alemanha não poderiam ser admitidas. A permissão de residência também valia por dois anos com possibilidade de extensão.

compromisso nos termos da subsecção 1, frase 1, deve ser fornecida por escrito. Deve ser executória em conformidade com a Lei de Execução Administrativa. O organismo público que gastou os fundos públicos terá direito ao reembolso.(3) A missão diplomática no exterior deve notificar sem demora a autoridade estrangeira de uma declaração de compromisso nos termos da subsecção 1, frase 1.(4) Ao obter o conhecimento da despesa de fundos públicos a reembolsar de acordo com a subsecção 1, a autoridade estrangeira deve notificar imediatamente o órgão público que tem direito ao reembolso quanto à declaração de compromisso nos termos da subsecção 1, frase 1, e deve fornecer ao referido organismo todas as informações necessárias para afirmar e fazer cumprir o pedido de reembolso. O destinatário só pode usar os dados para fins de reembolso dos fundos públicos gastos para o estrangeiro e a recusa de novos pagamentos.”

Mas, diferentemente do HAP Syria, não haviam organizações internacionais ligadas a este programa. Os interessados em receber seus parentes sírios deveriam declarar seu interesse diretamente com as autoridades. A declaração então seria aceita após uma análise tanto financeira quanto dos laços familiares. Após a aprovação, a pessoa que iria vir para a Alemanha seria contatada pela missão diplomática competente para que pudesse apresentar um pedido de visto. O procedimento para aprovação do visto incluiria os mesmos procedimentos que qualquer solicitação de visto de qualquer estrangeiro.

O mesmo patrocinador poderia se responsabilizar por mais de uma pessoa, contanto que fosse emitida uma declaração de compromisso por cada uma. Cada declaração seria analisada separadamente e deveria atender a todos pré-requisitos. A duração de cada declaração de compromisso varia de acordo com a determinação de cada estado. Em Hamburgo, por exemplo, o período de responsabilidade de estendia por 5 anos.

O programa expirou no ano de 2014 nos estados de Baden-Württemberg, Nordrhein-Westfalen e Rhineland-Palatine. Em mais 6 estados expirou no ano seguinte: Bremen, Hesse, Mecklenburg-Western Pomerania, Lower Saxony, Saarland e Saxony-Anhalt. Em Berlin, Bradenbug, Hamburg, Saxony, Schleswig-Holstein e Thuringia o programa foi estendido até o fim do ano de 2016.

O Ministério Federal do Interior não especificou um valor mínimo de renda para aqueles que tinham interesse em ser patrocinadores. Cada caso deveria ser analisado individualmente de acordo com a realidade objetiva e a capacidade ou não de responsabilizar-se pela pessoa que viria.

O Relatório traz o exemplo de uma mulher síria que desejava trazer a sua mãe para Baden-Wurttemberg, onde morava. No início de 2014, ela teve de comprovar seu recebimento mensal de €1.050,00 mais o requerimento normal pelo Código Social alemão de €391,00, ou seja, um total de €1.441,00.

Em maio de 2016, em Berlim, foi estipulado o valor mínimo para recebimento de um refugiado de €2.210,00 para uma pessoa solteira, €2.980,00 para um casal e €3.365,00 para casais com um filho.

Caso os patrocinadores não honrassem o seu comprometimento devido a circunstâncias extraordinárias que justificassem o gasto de fundos públicos, poderiam receber subsídios mensais por pelo menos seis meses. Caso não, o patrocinador poderia ser executado para recuperação dos gastos públicos.

Como já foi exposto, as dificuldades e os desafios encontrados por homens e mulheres não são os mesmos, principalmente em situações de guerra e de busca por refúgio. Ao chegarem em um novo país, a situação não muda; as mulheres encontram muito mais dificuldades para se inserirem na sociedade. A seguir, no último tópico, serão trazidas informações a respeito da situação da mulher refugiada na Alemanha e sua inserção na sociedade.

3.4 A MULHER REFUGIADA NA ALEMANHA

De acordo com Worbs & Baraulina (2017), mais de 500 mil meninas e mulheres buscaram refúgio na Alemanha entre os anos de 2012 e 2016. Representando aproximadamente 30% desse total (156.186 mil), a Síria está novamente entre os países de origem mais comum.

Em comparação com homens, o número de mulheres que atendem os cursos de integração nacionais e que conseguem empregos formais é significativamente menor. Assim, acabam sendo concentradas em alguns setores específicos como de limpeza, turismo e hotelaria. Isso se dá por muitos motivos: a maioria das mulheres que chega a Alemanha tem pouca experiência com empregos remunerados e poucas qualificações; normalmente, desde seus países de origem, exerciam um papel apenas - ou majoritariamente - doméstico.

Os cursos de integração oferecidos pelo governo alemão são abertos a todas as pessoas, sem diferenciação de gênero. Porém, ao analisarmos os dados, a participação feminina é expressamente menor do que a masculina. No ano de 2016, por exemplo, as mulheres representaram apenas 33.9% dos novos participantes nos cursos de integração. Quando analisamos especificamente as mulheres sírias, esse número cai para 19.3% em comparação com 80.7% dos homens sírios⁴⁸.

Esses dados refletem o fato de que as necessidades pessoais das mulheres refugiadas de aprender a língua alemã, conseguir um emprego e integrar-se na sociedade são colocadas em segundo plano. Principalmente nos casos (que são maioria) das mulheres que estão com suas famílias; que tendem a ficar em casa cuidando dos filhos e das tarefas domésticas.

Já quando se analisa os concluintes dos cursos, percebe-se que, de forma geral, as mulheres costumam continuar mais tempo do que os homens. Ou seja, a dificuldade da

⁴⁸De acordo com Worbs e Baraulina (2017).

mulher refugiada é a possibilidade de conseguir iniciar o curso, e não manter-se nele (WORBS & BARAULINA, 2017).

Nos anos de 2015 e 2016, mais de 40% das mulheres requerentes de asilo eram menores de 18 anos, e 38% tinham idade entre 18 e 35 anos. Isso significa dizer que 4 em cada 5 eram meninas ou mulheres jovens (WORBS & BARAULINA, 2017). Apesar de serem maioria migratória, e em idade produtiva, as mulheres refugiadas são extremamente sub-representadas, as suas condições de vida e sua integração na sociedade são ofuscados no debate público. A discussão normalmente se foca nas questões de segurança e criminalidade, enquanto as mulheres são percebidas apenas como um grupo vulnerável.

A sub-representação da mulher demonstrada nos dados expostos acima expressa a hegemonia do pensamento masculino, branco e ocidental. Pensamento este que claramente invisibiliza o feminino em todos os espectros – tanto na academia quanto na realidade diária. O feminismo pós-colonial se coloca de encontro a este pensamento, pondo em foco a perspectiva da mulher não-ocidental, extremamente necessário se buscamos quebrar o ciclo de invisibilização: não estudar estas mulheres é não valorizá-las, e enquanto não houverem estudos específicos, não haverá visibilidade nem valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de crise de refugiados trouxe à tona diversos pontos que estavam, de certa forma, adormecidos: xenofobia, situação calamitosa em Estados do Oriente Médio e no norte africano e necessidade de maior atenção às causas humanitárias. Contudo, as visões que analisam estes problemas continuam perpetuando uma visão ocidental eurocêntrica da questão.

O trabalho buscou esclarecer a necessidade de recortes específicos nas análises da situação. Apenas considerar refugiados como um todo, sem diferenciar o gênero, produz resultados completamente distorcidos da realidade - mantendo o foco no homem enquanto as mulheres continuam não sendo representadas (ou sendo sub-representadas).

No intuito de esclarecer a questão levantada de quais são as principais políticas públicas alemãs em resposta ao grande número de refugiados, guiando-se pela perspectiva do feminismo pós-colonial, o primeiro capítulo traz uma linha do tempo do desenvolvimento dos movimentos feministas, antes de adentrar no feminismo pós-colonial. Isso porque faz-se necessário expor como a maioria dos movimentos feministas continua reproduzindo as mesmas práticas das teorias tradicionais. Universalizar as necessidades das mulheres sem relativizar os diferentes contextos históricos e sociais nos quais estão inseridas, produz resultados quase tão errôneos quanto àqueles que não consideram gêneros em sua análise.

O feminismo pós-colonial vai justamente se colocar nestas lacunas dos feminismos ocidentais. Somente ao estudar as mulheres nos seus contextos, entendendo os seus processos específicos - sem considerar que todos os problemas das mulheres são aqueles enfrentados pelas mulheres brancas ocidentais - é que podemos dar a devida visibilidade.

Por isso a escolha desta teoria para nortear o trabalho. Não podemos reproduzir os estudos tradicionais, analisando a situação tendo a mulher ocidental como o padrão. Nos despidendo da ideia de que a questão feminista deve ser dicotômica - igualdade e diferença -, é que é possível compreender as especificidades da questão da mulher refugiada.

Sinteticamente, o segundo capítulo buscou trazer as raízes históricas como uma explicação para o contexto atual. Analisando os acontecimentos históricos desde a dominação francesa, percebe-se que a Síria foi deixada fragilizada, mesmo após a sua independência. As divisões do território pelas potências imperialistas negligenciava completamente qualquer especificidade étnica da população.

A população síria sempre se identificou primeiramente com sua etnia e com suas tribos, antes de ter um sentimento nacionalista. Essa questão étnica foi usada contra a própria população diversas vezes como manobra política pelos colonizadores, que não só acentuaram, mas também provocaram intencionalmente conflitos que enfraqueceriam a população, conseqüentemente, fortalecendo os que se encontravam no poder.

Em seguida, analisando o governo de Hafez Al-Assad, podemos ver que a questão étnica continua como pauta nas questões governamentais. Ele, de minoria alauíta, fez com que uma minoria populacional ascendesse ao status de elite - situação que não era confortável para a maioria sunita.

Hafez Al-Assad governou o país de forma bastante rígida, sua figura era foco central no seu governo. Pode se atribuir o “sucesso” do seu governo à força que a sua imagem tinha frente a população e frente ao cenário externo a Síria, mas as insatisfações da população continuavam sendo fomentadas, ainda que de forma abafada e reprimida.

Hafez Al-Assad havia preparado durante toda sua vida seu filho mais velho para lhe substituir, Basil Al-Assad, que morreu tragicamente no final dos anos 1990. Bashar Al-Assad, então, passou a ser preparado para assumir o governo. Analisando o passado do filho mais novo, percebemos o distanciamento político e militar do mesmo em relação a seu pai e seu irmão.

Assad assume o governo após um longo e intenso esforço por parte da elite dominante para promover a sua imagem como sucessor. Porém, nunca conseguiu ter a mesma força que seu pai havia conseguido e, agora, num mundo amplamente globalizado, onde as informações viajam em velocidade recorde, mostrou-se insustentável a manutenção do regime que havia sido instalado.

As forças de oposição governamental possuíam mais meios para se informar e se organizar. O contexto da Primavera Árabe serviu como um estopim para uma situação que já estava por vir, mais cedo ou mais tarde – como já discutido acima, devido a diversos fatores como conflitos étnicos internos, uso excessivo da força e ao fato de Bashar Al-Assad não possuir uma base de apoio tão forte quanto seu pai.

O último capítulo focou em analisar a reação alemã frente a situação catastrófica que se instaurava no continente europeu. Como foi mostrado, a relação da Alemanha com o estrangeiro já tem um passado marcante, principalmente durante o pós-guerra e a reconstrução da potência alemã.

Os programas alemães são extremamente completos, considerando todas as fases que envolvem a situação de refúgio. Desde a saída de seu país de origem, a chegada à

Alemanha e a integração do refugiado na sociedade. Este último mostra-se de extrema importância, pois as barreiras entre um refugiado recém-chegado a um novo país e a sociedade que lhe recebe são enormes. Medidas como ensino da língua alemã, inserção no mercado de trabalho para os adultos, e creches e escola para as crianças em idade escolar, além do acompanhamento do desenvolvimento são imprescindíveis para uma plena assimilação.

As mulheres, mais uma vez, encontram-se em situação desfavorável nesse novo contexto no qual são inseridas. Como discutido, a tendência é que suas necessidades pessoais sejam postas em segundo plano frente às necessidades de suas famílias e de seus maridos. Seria importante o desenvolvimento de programas específicos para a assimilação das mulheres na sociedade, com focos e estratégias focadas exclusivamente nas suas necessidades.

Assim, é importante reconhecermos o êxito alemão nas suas políticas de acolhimento aos refugiados. Contudo, precisamos entender que as políticas instauradas estão inseridas dentro do nosso contexto mundial: extremamente masculinizado. Ou seja, refletem as falhas do sistema ao não levar em consideração as especificidades de cada gênero. A própria sub-representação das mulheres nos dados disponíveis é um reflexo do exposto acima: não dar visibilidade faz com que não se conheça as necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Ana. **Los feminismos a través de la Historia**. "Mujeres en Red", El periódico feminista, 2011. Disponível em: <<http://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/los-feminismos-a-traves-de-lahistoria.doc>>. Acesso em: 12 ago.2017.

ANDERSON, Lisa. Demystifying the Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya. **Foreign Affairs**. Nova Iorque, p. 2-7. jun. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23039401?seq=4#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, Aug. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago.2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRYSON, Valerie. **Feminist Political Theory: An introduction**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 530 p.

ENGDAHL, William. **A century of war: Anglo-American oil politics and the new world order**. 2. ed. Londres: Pluto Press, 2004.

ERLICH, Reese. **Inside Syria: The backstory of their civil war and what the world can expect**. Nova Iorque: Prometheus Books, 2014. 190 p.

GROTE, Janne; BITTERWOLF, Maria; BARAULINA, Tatjana. **Resettlement and Humanitarian Admission Programmes in Germany**. Focus Study by the German National Contact Point for the European Migration Network (EMN). Working Paper 68 of the Research Centre of the Federal Office for Migration and Refugees. Nuremberg: Federal Office for Migration and Refugees, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HURTADO, Aída. **The Color of Privilege: Three Blasphemies on Race and Feminism**. Estados Unidos: The University of Michigan Press, 1997.

ISQUIERDO, Larissa B.. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acesso em: 21 Ago. 2017.

KINNEAR, Karen L.. **Women in the third world: A Reference Handbook Contemporary World Issues**. California: ABC-Clío, 1997.

MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. **Third world women and the politics of feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MOHANTY, Chandra. T.. **Feminism without borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Duke University Press: Durham & London, 2003.

MONTE, Izadora Xavier Do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100004>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. Genebra, 1951.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Global trends - forced displacement in 2016**. Genebra, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Woman alone - the fight for survival by Syria's refugee women**. Genebra, 2014.

SOUZA, Ana Clara Telles C. De. “o pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformaram o estudo das relações internacionais. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/gt10_ana%20clara%20telles%20c%20de%20souza.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SAHNER, Christian C.. **Among the ruins: Syria past and present**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014. 223 p.

SAID, Edward W.. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. 6 ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2016.

SANSONETTI, S. **Female refugees and asylum seekers: the issue of integration**. European Parliament. European Union. 2016.

SCHUNCK, Reinhard. **Transnational Activities and Immigrant Integration in Germany: Concurrent or Competitive Processes?**. Bielefeld: Springer, 2014.

SILVA, Antonio Henrique Lucena. **Crime e Preconceito: as lições do Caso Dreyfus 122 anos depois**. 2016. Disponível em: <<https://voxmagister.com.br/2016/05/23/crime-e-preconceito-as-lico-es-do-caso-dreyfus-122-anos-depois/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA, Cintia Rufino Franco da. O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**, São Paulo, v. 11, n. 4, p.1-12, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n11/dossie/Dossie4-dreifus.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SYKES PICOT AGREEMENT. Disponível em: https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Sykes-Picot_Agreement.

SYRIAN CIVIL WAR MAP. Background of the Syrian Civil War. **Syrian Civil War Map**. Disponível em <<https://syriancivilwarmap.com/background/>>.

WILLIAMS, Paul D.. **Security studies: An introduction**. 1 ed. Reino Unido: Routledge, 2008. 576 p.

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: Issues and Approaches in the Post–Cold War Era**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001. 200 p.

WALTERS, Margaret. **Feminism: a very short introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. 176 p.

WORBS, Susanne; BARAULINA, Tatjana. **Female Refugees in Germany: Language, Education and Employment**. Nuremberg: Federal Office For Migration And Refugees, 2017.